



JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 08.294.224/0001-65

NIRE JUCESP 35.300.333.578

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA

A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2018

Senhores Acionistas,

Em atendimento à Instrução CVM nº 481/2009, com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 552/14, 561/15, 565/15 e 567/15, a Administração da JHSF PARTICIPAÇÕES S.A. (a “Companhia”) apresenta a Vossas Senhorias a Proposta da Administração referente às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 17 de Maio de 2018, que acontecerá na Companhia, localizada na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, 27º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil.

Caso o acionista ou grupo de acionistas queira solicitar a inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessária a apresentação de tais propostas por meio de correspondência enviada à sede da Companhia, no endereço Av. Magalhães de Castro, 4.800, Torre 3, 27º andar, Jardim Panorama, CEP: 05502-001, São Paulo/SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@jhsf.com.br, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os documentos à sede da Companhia, na Avenida Magalhães de Castro, 4800 – Torre 3, 27º andar, CEP: 05502-001, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, conforme o item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Atenciosamente,

A Administração da JHSF Participações S.A.



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA

A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2018

ITEM 1 DA ORDEM DO DIA: tomar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como examinar, discutir e votar a reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e aos saldos contábeis de abertura em 01 de janeiro de 2016.

Proposta da Administração: a Administração da Companhia recomenda a aprovação sem ressalvas das contas dos Administradores e das demonstrações financeiras e balanço patrimonial da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como a aprovação sem ressalvas da reapresentação das demonstrações financeiras e balanço patrimonial da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e aos saldos contábeis de abertura em 01 de janeiro de 2016, os quais já foram aprovados pelo Conselho de Administração. Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, foram disponibilizados no *site* da Companhia (ri.jhsf.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), seguindo também anexos à presente proposta. As informações complementares que dependem das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, serão apresentadas imediatamente após seu respectivo arquivamento, cuja data prevista no Calendário de Eventos da Companhia é 16 de abril de 2018.

ITEM 2 DA ORDEM DO DIA: deliberar sobre o Orçamento de Capital da Companhia.

A Administração recomenda que o Orçamento de Capital da Companhia para 2018 seja de R\$101,2 milhões, para fins de investimento nas divisões de negócios em que a Companhia e suas controladas operam, destacadamente na divisão de Renda Recorrente (R\$71,2 milhões) e no Aeroporto (R\$30 milhões).

A Companhia utilizará como fonte de recursos sua geração de caixa operacional.

ITEM 3 DA ORDEM DO DIA: deliberar sobre a proposta da Administração relativa à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Proposta da Administração: Em decorrência do prejuízo contábil apurado em 2017, a Administração propõe que o prejuízo seja absorvido pelas Reservas de Lucro.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, estão disponíveis para consulta dos Acionistas, anexos à presente Proposta.



ITEM 4 DA ORDEM DO DIA: eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

Proposta da Administração: A Administração da Companhia e seus acionistas controladores apoiam a reeleição dos seguintes atuais membros do Conselho de Administração, os Srs. José Auriemo Neto, Eduardo Silveira Camara, Thiago Alonso de Oliveira, Richard Barzciski, Oswaldo Roberto Nieto e Luiz Gonzaga de Melo Belluzo – sendo, os três últimos, membros independentes, bem como a eleição do Sr. Arioaldo dos Santos, também membro independente.

Os Conselheiros que forem eleitos permanecerão no cargo até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Conforme com o item 18.b. do Formulário de Referência, os Conselheiros eleitos formalizarão, quando da assinatura do termo de posse, declaração de que, durante os últimos cinco anos, não tiveram:

- i. Qualquer condenação criminal;
- ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM;
- iii. Qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Para os fins do artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, são apresentadas abaixo as informações constantes dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência:



12.5 / 7 Composição e experiência profissional dos Administradores:

Conselho de Administração¹:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Órgão Administração	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse (prevista)	Prazo de mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Eleito pelo controlador	Mandatos	Informar se é Membro Independente
José Auriemo Neto	30/04/1976	Empresário	256.393.178-92	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Presidente	17/05/2018	17/05/2018	AGO 2019	Diretor de Controlada e Membro do Conselho de Administração de Controlada	Sim	11	Não
Oswaldo Roberto Nieto	27/12/1950	Contador	703.427.418-53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	17/05/2018	17/05/2018	AGO 2019	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	Sim	2	Sim
Luiz Gonzaga de Mello Belluzo	29/10/1942	Economista	024.419.008-97	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	17/05/2018	17/05/2018	AGO 2019	-	Sim	11	Sim
Richard Barczinski	03/11/1953	Engenheiro	403.262.927-72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	17/05/2018	17/05/2018	AGO 2019	-	Sim	9	Sim
Ariovaldo dos Santos	12/03/1950	Professor Universitário	402.805.438-91	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	17/05/2018	17/05/2018	AGO 2019	-	Sim	0	Sim
Eduardo Silveira Camara	03/03/1952	Administrador de Empresas	356.551.608-97	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	17/05/2018	17/05/2018	AGO 2019	Diretor Presidente e Diretor e Membro do Conselho de Administração de Controlada; e Membro do Comitê de Ética e Conduta	Sim	9	Não
Thiago Alonso de Oliveira	20/05/1971	Advogado	165.902.078-60	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	17/05/2018	17/05/2018	Conselho: AGO 2019	Diretor Financeiro, Diretor de RI e Administrador de Controlada	Sim	2	Não
					Diretor Presidente	31/01/2018	31/01/2018	3 anos			0	-

¹ Entendendo-se como Conselheiros Independentes: (a) aqueles que atendam, cumulativamente, aos critérios de independência fixados no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e na Instrução CVM nº 461/07; e (b) aqueles que não detenham participação direta ou indireta em percentual igual ou superior a 5% do capital da Companhia, ou não tenham vínculo com acionista que a detenha.

Membros do Conselho de Administração

- José Auriemo Neto** é presidente do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A. desde Abril de 2011 e integrante do Conselho de Administração da JHSF Malls S.A. Foi Diretor-Presidente da Companhia desde sua criação, em 2006, até Abril de 2014. Ingressou nas empresas do Conglomerado em 1993. Em 1998 iniciou a área de Shopping Centers na Companhia, quando da obtenção da concessão para instalação do Shopping Santa Cruz, tornando-se responsável pela sua implantação e gestão. Kursou parcialmente o curso de engenharia na Fundação Armando Álvares Penteado e o curso de Administração de Empresas na FASE. Faz parte do YPO – Young Presidents Organization, desde 30/11/1999, tendo sido seu diretor por dois mandatos nos períodos de 2003/04 e 2004/05.
- Eduardo Silveira Camara** é membro do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A. É bacharel em Administração de Empresas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas e possui MBA pela Wharton School. Foi gerente do Banco de Investimento Garantia e do Bank of America, diretor executivo do Banco Multiplic, além de ter sido Vice-Presidente, membro do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores da UNIPAR. O Sr. Camara foi também diretor do Grupo Schahin e membro do Conselho de Administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.



- **Thiago Alonso de Oliveira** é membro do Conselho de Administração, Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores da JHSF Participações S.A. É advogado, formado pela PUC - SP, com pós-graduação em Finanças e Negócios pela FGV– Fundação Getúlio Vargas, é integrante do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e da JHSF Malls S.A. Foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores nas empresas Paranapanema, Perenco Participações e Lupatech e Diretor Executivo para a América Latina da General Electric.
- **Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo** é membro do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A.. Graduiu-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1965. Estudou Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade de São Paulo, entre 1963 e 1966, deixando de se graduar para ingressar no Curso de Desenvolvimento Econômico promovido pela CEPAL/ILPES, ministrado em nível de pós-graduação. Completou a sua pós-graduação em 1969, especializando-se em Desenvolvimento e Programação Industrial. Foi contratado como professor colaborador do Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE) da Universidade Estadual de Campinas, onde doutorou-se em 1975. Tornou-se professor titular em 1986. É também um dos fundadores da FACAMP. Entre 1974 e 1992 foi assessor econômico do PMDB, partido da oposição brasileira ao regime militar. Entre 1985 e 1987 foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no Governo da Nova República e posteriormente, entre 1988 e 1990 foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Foi Conselheiro da Bolsa Mercantil de Futuros (BM&F) e Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Em 2001 foi incluído no “Biographical Dictionary of Dissenting Economists” entre os 100 economistas heterodoxos do século XX. Recebeu o Prêmio Intelectual do Ano - Troféu Juca Pato – edição de 2005, concedido pela União Brasileira de Escritores (UBE), pelo livro: Ensaio Sobre o Capitalismo no Século XX. Atualmente é professor titular da Unicamp, consultor editorial da revista Carta Capital desde 1996 e membro do conselho consultivo da Thales.
- **Richard Barczinski** é Engenheiro Elétrico, formado em 1976 pela PUC - RJ, com MBA em gestão de Joalheria e Relojoaria pelo Instituto CFH de Lausanne, Suíça; fez cursos de extensão pela FGV e Harvard Business School, e de formação em Coaching pelo SBC. Iniciou carreira na Cia. Internacional de Engenharia e na Esso Brasileira de Petróleo e, em 1981, ingressou na H. Stern Joalheiros, onde por mais de 25 anos desenvolveu extensa carreira na área comercial e administrativa, assumindo o cargo de Diretor Superintendente em 1996, e a Presidência do Grupo em 2004, posição que ocupou até final de 2007. Em meados de 2008 coordenou o processo para vinda da Hermès ao Brasil, firmando através da JHSF contrato de concessão para inauguração em 2009 da primeira loja no Shopping Cidade Jardim. A partir de 2010, assumiu o cargo de Diretor Geral de Retail da JHSF para gerir a recém criada divisão de varejo do grupo, trazendo ao Brasil marcas como Jimmy Choo, Emilio Pucci e Valentino. A partir de 2014 deixou a área executiva da JHSF e passou a atuar em Consultoria, Conselhos e Coaching, além de lecionar como Professor convidado para o MBA de Gestão de Luxo da FAAP, e IED-SP no Curso de Luxury Management. Faz parte do YPO - Young Presidents’ Organization - desde 1999, onde ocupou o cargo de Vice Presidente no exercício 2008/2009, Presidente para o exercício 2009/2010, e Diretor de Fórum para o biênio 2014/2016.



- **Oswaldo Roberto Nieto** foi professor do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, até 30 de junho de 2012. Sócio da BDO RCS, Consultores & Auditores, foi sócio presidente da Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores, Líder da Baker Tilly International para Latin America e membro do seu Conselho de Administração, foi também Consultor e diretor de planejamento e controle da Accor e gerente da PWC. Foi professor de Finanças do Curso de Pós-Graduação da ESPM e do IBMEC.
- **Arioaldo dos Santos** é membro efetivo do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. desde Maio de 2013, é formado bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis pela Fundação Santo André; e formado Mestre em Contabilidade (1980) e Doutor em Contabilidade (1993), recebeu o título de Livre-docência em Contabilidade (1999), pela FEA/USP. Desenvolveu carreira acadêmica como professor no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP a partir de 1986 tornando-se professor titular em 2003, publicou diversos livros sobre assuntos ligados a Contabilidade, e recebeu o título Doutor Honoris Causa pela FECAP em 2014. É diretor-presidente, desde Jan/05, do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras - IPECAFI; e foi diretor-presidente, entre Jan/03 e Dez/04, e membro nato do Conselho Curador, desde Abr/09, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. Já foi membro do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - COPEL (2003-2005), Votorantim Celulose e Papel S.A. (2002-2004), Seara Alimentos S.A (2000), VASP - Viação Aérea São Paulo S/A (1975-1977), DERSA - Desenvolvimento Rodoviária S/A. (1975-1976), CAIC - Cia. Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (1975), e FEPASA - Ferrovia Paulista S/A (1974-1976).

* * *

12.6 / 8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração no último exercício, informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo:

Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte	Órgão Administração	Cargo eletivo ocupado	Frequência 2017
José Auriemo Neto	30/04/1976	Empresário	256.393.178-92	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Presidente	100%
Luiz Gonzaga de Mello Belluzo	29/10/1942	Economista	024.419.008-97	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo Independente	100%
Arioaldo dos Santos	12/03/1950	Professor Universitário	402.805.438-91	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo Independente	0%*
Richard Barczinski	03/11/1953	Engenheiro	403.262.927-72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo Independente	100%
Oswaldo Roberto Nieto	27/12/1950	Contador	703.427.418-53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo Independente	100%
Eduardo Silveira Camara	03/03/1952	Administrador de Empresas	356.551.608-97	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Membro Efetivo	100%
Thiago Alonso de Oliveira	20/05/1971	Advogado	165.902.078-60	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Membro Efetivo / Diretor Presidente	100%

* será eleito pela primeira vez em 2018

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionados a administradores da Companhia, controladas e controladores:

Não há.



12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

Alguns dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia são também administradores de sociedades controladoras e controladas da Companhia, conforme segue:

O Sr. José Auriemo Neto é acionista controlador da JHSF Participações S.A., através da JHSF Par S.A. e Flatly Global Ltd., sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia. É, também, membro da administração da Hotéis Fasano & Resorts S.A., sociedade controlada pela Companhia.

O Sr. Eduardo Silveira Camara é membro da administração da JAN Participações S.A., sociedade integrante do bloco de controle da Companhia. É, também, membro da administração de duas sociedades controladas pela Companhia.

O Sr. Wilmar Silva Rodriguez é membro da administração de diversas sociedades controladas pela Companhia.

O Sr. Thiago Alonso de Oliveira é membro da administração de diversas sociedades controladas pela Companhia.

ITEM 5 DA ORDEM DO DIA: indicar o Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social.

Proposta da Administração: Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, o qual determina que compete à Assembleia Geral eleger o Presidente do Conselho de Administração, a Administração da Companhia recomenda a reeleição do Sr. José Auriemo Neto para o cargo de presidente do Conselho de Administração.

ITEM 6 DA ORDEM DO DIA: fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2018.

Proposta da Administração: A Administração recomenda que a remuneração global anual dos administradores (Diretoria e Conselho de Administração) em 2018 seja de até R\$11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos mil reais), correspondente à remuneração aprovada em Assembleia Geral da Companhia para o último exercício social, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.

Para os fins do artigo 12 da Instrução CVM 481/2009, apresentam-se anexas à presente Proposta as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.



ITEM 7 DA ORDEM DO DIA: deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, bem como deliberar sobre a respectiva remuneração

Proposta da Administração: A Administração da Companhia e seus acionistas controladores recomendam a não instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018

ITEM 8 DA ORDEM DO DIA: fixar a remuneração global anual dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício social de 2018.

Proposta da Administração: a Administração recomenda que a remuneração global anual do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia seja de até R\$ 432.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais). O valor recomendado considera a remuneração dos membros do CAE ainda que na hipótese de cumulação de mandato em demais Conselhos/Comitês da Companhia.

ITEM 9 DA ORDEM DO DIA: ajustar o capital social da Companhia em virtude da emissão de novas ações ordinárias para fins de cumprimento do exercício de Plano de Opção de Compra de Ações.

Proposta da Administração: a Administração recomenda que o capital social da Companhia seja ajustado para refletir a emissão das 722.592 (setecentas e vinte e duas mil, quinhentas e noventa e duas) ações ordinárias ocorrida dentro do limite do Capital Autorizado para cumprimento do exercício de Plano de Opção de Compra de Ações, nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de março de 2018.

Por conseguinte, a Administração recomenda a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir e consolidar o capital social atual da Companhia, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$ 916.462.896,64 (novecentos e dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) dividido em 526.383.839 (quinhentos e vinte e seis milhões, trezentas e oitenta e três mil, oitocentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.”

ITEM 10 DA ORDEM DO DIA: ajustar o Estatuto Social para alterar o prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia

Proposta da Administração: a Administração recomenda alterar o prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para que passe a ser de 5 (cinco) anos. Desta forma, a Administração recomenda alterar o *caput* do Artigo 27 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

REDAÇÃO ATUAL

Artigo 27 - O Comitê de Auditoria Estatutário é de caráter permanente e será instalado pelo Conselho de Administração. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros, eleitos pelo

REDAÇÃO PROPOSTA

Artigo 27 - O Comitê de Auditoria Estatutário é de caráter permanente e será instalado pelo Conselho de Administração. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros, eleitos pelo



Conselho de Administração, os quais exercerão seus cargos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, podendo ser reeleitos.

*Conselho de Administração, os quais exercerão seus cargos **por um prazo de 5 (cinco) anos** após sua eleição, podendo ser reeleitos.*

ITEM 11 DA ORDEM DO DIA: alteração e consolidação dos termos do Estatuto Social da Companhia, para consubstanciar as matérias deliberadas e aprovadas na Assembleia Geral.

Proposta da Administração: a Administração recomenda aprovar a alteração e consolidação dos termos do Estatuto Social da Companhia, para consubstanciar as matérias deliberadas e aprovadas na Assembleia Geral.

* * *

ANEXO 1 - COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido em 16 de abril de 2018 por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 16 de abril de 2018.

Thiago Alonso de Oliveira – Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Wilmar Silva Rodriguez – Diretor Vice Presidente
João Alves Meira Neto – Diretor Jurídico

* * *

10.1 Condições financeiras/patrimoniais

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos no item 4 do Formulário de Referência.



As informações financeiras contidas nos itens na seção 10 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, ou BR GAAP e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou IASB.

Os comentários de nossos diretores estatutários visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras históricas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período, e os principais fatores que explicam essas alterações.

10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Ao final de 2017, as disponibilidades e aplicações atingiram R\$32,9 milhões, as contas a receber de imóveis R\$225,2 milhões, o patrimônio líquido R\$2.134,8 milhões e dívida líquida de caixa e aplicações de R\$1.089,3 milhões. Na posição patrimonial destacam-se ainda o estoque de imóveis a comercializar, de R\$611,3 milhões, o imobilizado totalizando R\$640,6 milhões e as propriedades para investimento que fecharam o ano avaliadas em R\$2.676,8 milhões.

Ao final de 2016, as disponibilidades e aplicações atingiram R\$108,2 milhões, as contas a receber de imóveis R\$655,0 milhões, o patrimônio líquido R\$2.177,9 milhões e uma dívida líquida de caixa e aplicações de R\$602,4 milhões. Na posição patrimonial destacam-se ainda o estoque de imóveis a comercializar, de R\$604,2 milhões, o imobilizado com R\$681,4 milhões e as propriedades para investimento totalizando R\$2.383,4 milhões.

Ao final de 2015, as disponibilidades e aplicações atingiram R\$191,0 milhões, as contas a receber de imóveis R\$591,0 milhões, o patrimônio líquido R\$2.664,9 milhões, e a dívida líquida de caixa e aplicações R\$1.725,8 milhões. Na posição patrimonial destacam-se ainda o estoque de imóveis a comercializar (terrenos, unidades em construção e unidades concluídas) totalizando R\$645,3 milhões, as propriedades para investimento R\$3.358,0 milhões, bem como os ativos e passivos destinados à venda – propriedades que a Companhia detinha no exterior e que foram objeto de transação de venda firmada em 29/02/2016 – totalizando, respectivamente, R\$804,3 milhões e R\$704,7 milhões.

10.1.b. estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a sua atual estrutura de capital apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

R\$' milhões	2015	2016	2017
(a) Passivo Circulante	1.671,1	594,8	336,6



(b) Passivo Não Circulante	2.229,6	1.962,4	2.045,3
(c) Patrimônio Líquido	2.664,9	2.177,9	2.134,8
(a + b) / c	146%	117%	112%

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Ao final de 2017, o cronograma de amortizações das dívidas bancárias e debêntures tinha um perfil de vencimento de longo prazo, com 90,0% vencendo a partir de 2018 como pode ser observado abaixo:

Ano de Vencimento	R\$ Milhões
Parcela Corrente	134,2
Não Circulante	
2019	156
2020	198
2021	192
Após 2021	699
(-) Passivos de Operações Destinadas à Venda	-
Total	1.379,3

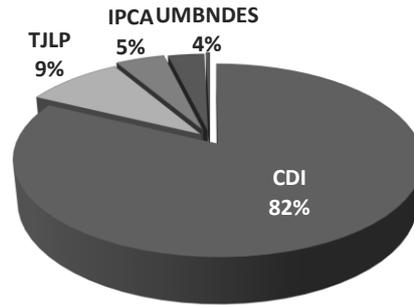
R\$ milhões	2017
(a) EBITDA ao ano	203,8
Despesa Financeira	(153,8)
Receita Financeira	4,2
(b) Resultado Financeiro Líquido	(149,6)
(c) Dívida Líquida	(1.089,3)
Relação (a) / (b)	(1,4)
Relação (c) / (a)	(5,3)

A relação entre o resultado financeiro líquido e o EBITDA de 2017 indica que este último é 1,4 vez maior que as despesas financeiras líquidas. A relação entre dívida líquida e o EBITDA é de 5,3 vezes.

10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa líquido gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos, atualizados monetariamente pela variação de indexadores, acrescido de juros. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Abaixo, indexadores do endividamento ao final de 2017:



Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nesta data, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.



10.1. f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

2017

Modalidade	Indexador	Taxa de juros a.a.	Consolidado	
			12-2017	12-2016*
Capital de giro	CDI	3,55%	415.042	544.790
Capital de giro	Pré	22,71%	3.743	21.644
Capital de giro - exterior	LIBOR	2,76%	-	-
BNDES - Aeroporto	IPCA	3,99%	64.177	56.737
BNDES - Manaus	Pré	8,70%	1.302	1.618
BNDES - Metrô Norte	Pré	0,36%	-	-
BNDES - Shopping Cidade Jardim	Pré	0,01%	-	-
BNDES - Shopping Bela Vista	TJLP	0,73%	23.660	28.704
BNDES - Manaus	TJLP	1,34%	32.787	40.559
BNDES - Aeroporto	TJLP	1,98%	71.262	64.291
BNDES - Metrô Norte	TJLP	0,68%	-	-
BNDES - Shopping Cidade Jardim	TJLP	0,51%	-	-
BNDES - Shopping Bela Vista	UMBDES	0,67%	10.470	12.471
BNDES - Manaus	UMBDES	3,27%	36.938	44.962
BNDES - Shopping Cidade Jardim	SELIC	0,57%	-	-
BNDES - Aeroporto	SELIC	2,63%	-	-
Saldo			659.382	815.775
Custo com empréstimos à amortizar			(25.475)	(23.595)
Saldo líquido			633.907	792.180
Passivos diretamente relacionados a ativos disponíveis para venda			-	-
Saldo líquido			633.907	792.180
Circulante			130.826	196.194
Principal e juros			132.289	198.805
(-) Custos			(1.463)	(2.612)
Passivos diretamente relacionados a ativos disponíveis para venda			-	-
Não circulante			503.080	595.987
Principal e juros			527.092	616.970
(-) Custos			(24.012)	(20.983)

*Saldos representados

- a) Em 22 de setembro de 2015, a Companhia contratou linha de crédito de R\$288.667, com custo atrelado ao CDI, amortização mensal de juros, carência de principal de 30 meses e amortização do principal em 42 parcelas mensais iguais e consecutivas, iniciando em julho de 2019 e com término em agosto de 2021 para antecipação do pagamento de linhas de financiamentos vincendas entre 2015 e 2017, tendo como garantias hipotecas imobiliárias. E em setembro de 2016, a Companhia contratou linha de crédito de R\$45.000, com custo indexado ao CDI à taxa de 5,50%, amortização mensal de juros, e o principal a partir de setembro de 2017 com término em março de 2018; E em 26 de setembro de 2016, a Companhia contratou linha de crédito de R\$100.000, com custo indexado ao CDI à taxa de 3,55%, amortização ocorreu em parcela única em janeiro de 2017. Em 25 de setembro de 2017, a Companhia contratou linha de crédito de R\$30.000, com custo indexado ao CDI à taxa de 4,50%, amortização mensal de juros em 24 parcelas com término em setembro de 2019.



- b) Corresponde aos empréstimos em moeda nacional captados junto ao BNDES utilizados para construção do Aeroporto Executivo Catarina com vencimento em novembro de 2027 tendo como garantia a hipoteca do imóvel mais direito sobre recebíveis.
- c) Corresponde aos empréstimos em moeda nacional captados junto ao BNDES utilizados nos empreendimentos Shopping Cidade Jardim, Shopping Bela Vista e Shopping Ponta Negra (ambos assumidos na reorganização societária mencionada na Nota 1.1.), tendo como garantia hipotecária os próprios empreendimentos, sem exigência de covenants. Em 19 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou o pagamento total do valor relativo ao financiamento do empreendimento Shopping Cidade Jardim, no montante de R\$33.365.

Os empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>12-2017</u>	<u>12-2016*</u>
2016	-	-
2017	-	198.805
2018	132.289	204.634
2019	101.036	131.878
2020	87.228	118.505
2021	82.001	90.284
a partir de 2022	256.829	71.668
Total bruto	659.382	815.775
Custo com empréstimos à amortizar	(25.475)	(23.595)
Saldo líquido	633.907	792.180
Passivos diretamente relacionados a ativos	-	-
Saldo líquido	633.907	792.180

* Representado



2016

A tabela a seguir detalha os contratos de empréstimo e financiamento relevantes, em R\$ milhões.

	Indexador	Taxa de juros - %	Consolidado	
			2016	2015
Instituições financeiras (a)	CDI	3,97%	566.434	545.714
Cartão Corporativo - BB	Pré	22,17%	-	38.481
BNDES (b)	TJLP	4,13%	133.554	213.664
BNDES (b)	UMBDES	3,95%	57.434	82.072
BNDES (b)	Pré	8,70%	1.618	3.903
BNDES (b)	SELIC	3,15%	-	32.640
Empréstimos no exterior	LIBOR	2,76%	-	693.950
BNDES (b)	IPCA	3,99%	56.737	-
			815.776	1.610.424
Custo com Empréstimos à amortizar			(23.596)	(27.013)
Saldo líquido			792.180	1.583.411
Passivos destinados à venda (nota 12)			-	(692.229)
Saldo líquido			792.180	891.182
Circulante			196.194	291.732
Principal			239.760	361.765
Juros			(40.953)	14.774
(-) Custos			(2.613)	(1.811)
Passivos destinados à venda (nota 12)			-	(82.996)
Não Circulante			595.986	599.450
Principal			601.519	1.233.808
Juros			15.450	-
(-) Custos			(20.983)	(25.125)
Passivos destinados à venda (nota 12)			-	(609.233)

- a) Em 22 de setembro de 2015, a Companhia contratou linha de crédito de R\$288.667, com custo atrelado ao CDI, amortização mensal de juros, carência de principal de 30 meses e amortização do principal em 42 parcelas mensais iguais e consecutivas, iniciando em Março de 2018 e com término em Agosto de 2021 para antecipação do pagamento de linhas de financiamentos vincendas entre 2015 e 2017, tendo como garantias hipotecas imobiliárias. E em setembro de 2016, a Companhia contratou linha de crédito de R\$45.000, com custo indexado ao CDI + 5,50% a.a., amortização mensal de juros, e o principal a partir de setembro de 2017 com término em março de 2018; E em 26 de setembro de 2016, a Companhia contratou linha de crédito de R\$100.000, com custo indexado ao CDI + 3,55% a.a., amortização em parcela única em janeiro de 2017;
- b) Empréstimos em reais, captados junto ao BNDES. Esses empréstimos foram concedidos para financiamento dos empreendimentos: Expansão do Shopping Cidade Jardim, Shopping Bela Vista, Shopping Metrô Tucuruvi, Shopping Ponta Negra e Aeroporto Executivo Catarina, tendo como garantia, quando aplicável, garantia hipotecária dos próprios empreendimentos;
- c) Empréstimos obtidos pelas controladas 815 Fifth Avenue LCC, JHSF NY II Inc; 05212017 Inc. e Madras Global Ltd. para aquisição de imóvel, tendo como garantia o próprio empreendimento imobiliário e JHSF



Uruguay, R\$34.167, para ser utilizado como capital de giro da Companhia, com o aval da JHSF Participações S/A. Em setembro de 2016 foi concluída alienação das controladas que detinham empréstimos no exterior conforme mencionado na nota explicativa12.

As parcelas do não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017	-	372.917
2018	204.634	239.205
2019	131.878	374.362
2020	118.505	113.243
Após 2020	161.953	134.081
	616.970	1.233.808
(-) Custo	(20.983)	(25.125)
Saldo líquido	595.987	1.208.683
Passivos destinados à venda	-	(609.233)
Saldo líquido	595.987	599.450



2015

A tabela a seguir detalha os contratos de empréstimo e financiamento relevantes, em R\$ milhões.

	Indexador	Taxa de juros - % a.a.	Consolidado	
			12-2015	12-2014
Instituições financeiras (a)	CDI	2,95	545.714	572.291
Instituições financeiras (b)	TR	-	-	33.156
Cartão Corporativo - BB	Pré	22,17	38.481	-
BNDES (c)	TJLP	3,89	213.664	188.994
BNDES (c)	UMBNDDES	3,95	82.072	63.950
BNDES (c)	Pré	8,31	3.903	5.234
BNDES (c)	SELIC	3,15	32.640	10.092
Empréstimos no exterior (d)	LIBOR	2,76	693.950	486.402
			1.610.424	1.360.118
Custo com Empréstimos à amortizar			(27.014)	(13.648)
Saldo líquido			1.583.411	1.346.469
Passivos destinados à venda (Nota 13)			(692.229)	-
Saldo líquido			891.182	1.346.469
Circulante			291.732	373.546
Principal			361.765	342.050
Juros			14.774	34.945
(-) Custos			(1.811)	(3.449)
Passivos destinados à venda (nota 13)			(82.996)	-
Não Circulante			599.450	972.923
Principal			1.233.808	983.583
(-) Custos			(25.125)	(10.660)
Passivos destinados à venda (Nota 13)			(609.233)	-

(a) Em 22 de setembro de 2015, a Companhia contratou linha de crédito de R\$288.667, com custo atrelado ao CDI, amortização mensal de juros, carência de principal de 30 meses e amortização do principal em 42 parcelas mensais iguais e consecutivas, iniciando em Março de 2018 e com término em Agosto de 2021 para antecipação do pagamento de linhas de financiamentos vincendas entre 2015 e 2017;

(b) Empréstimos em reais, para capital de giro, tendo como garantias hipotecas imobiliárias;

(c) Empréstimos em reais, captados junto ao BNDES. Esses empréstimos foram concedidos para financiamento dos empreendimentos: Expansão do Shopping Cidade Jardim, Shopping Bela Vista, Shopping Metrô Tucuruvi e Shopping Ponta Negra, tendo como garantia, quando aplicável, garantia hipotecária dos próprios empreendimentos;

(d) Empréstimos no montante de R\$659.783 obtidos pelas controladas 815 Fifth Avenue LCC, JHSF NY II Inc; 05212017 Inc. e Madras Global Ltd. para aquisição de imóvel, tendo como garantia o próprio empreendimento



imobiliário e JHSF Uruguay, R\$34.167, para ser utilizado como capital de giro da Companhia, com o aval da JHSF Participações S/A.

As parcelas do não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Consolidado	
	12-2015	12-2014
2016	-	275.033
2017	372.917	273.547
2018	239.205	139.964
2019	374.362	211.015
2020	113.243	25.228
Após 2020	134.081	58.795
	1.233.808	983.583
(-) Custo	(25.125)	(10.660)
Saldo líquido	1.208.683	972.923
Passivos destinados à venda	(609.233)	-
Saldo líquido	599.450	972.923

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Debêntures

2017

Modalidade	Consolidado	
	12-2017	12-2016*
4ª Emissão de Debêntures simples (a)	-	81.894
5.ª emissão + 1.ª emissão das controladas (b)	719.944	633.638
(-) Custos com 4ª emissão de Debêntures	(0)	(1.306)
(-) Custos com 5ª emissão + 1.ª emissão de debêntures das controladas	(15.533)	(18.101)
Saldo líquido	704.411	696.125
Circulante	523	84.121
Principal e juros	1.917	85.531
(-) Custos	(1.394)	(1.410)
Não circulante	703.888	612.003
Principal e juros	718.027	630.000
(-) Custos	(14.139)	(17.997)

(a) Em 26 de março de 2012, a Companhia concluiu a 4ª emissão de 350 (trezentos e cinquenta) debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, com garantia fidejussória ("Debêntures"), para distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. O valor total da emissão foi de R\$ 350.000, com vencimento em cinco anos contados a partir da data de emissão, com seis amortizações semestrais. A 4.ª emissão de debêntures foi quitada integralmente durante o exercício findo em 31.12.2017.

(b) Em 18 de dezembro de 2013, foram concluídas as seguintes operações de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública



com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09: 5ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$ 300.000; 1ª emissão de debêntures da CAES, no valor de R\$ 15.000; 1ª emissão de debêntures da Sustenta Energia, no valor de R\$ 20.000; 1ª emissão de debêntures da SAES, no valor de R\$ 10.000; 1ª emissão de debêntures da JHSF Manaus, no valor de R\$ 94.000; 1ª emissão de debêntures do Shopping Cidade Jardim S.A., no valor de R\$ 140.000; e 1ª emissão de debêntures do Vila Catarina Shopping S.A no valor de R\$ 51.000. As operações acima sofreram alterações ao longo do tempo, sendo a última em 15 de dezembro de 2017, e as condições atuais são (i) taxa equivalente a CDI+2,7% a.a.; (ii) amortização mensal dos juros a partir de janeiro de 2018 (inclusive); (iii) amortização do principal, também mensal, com carência de 18 meses, sendo a primeira parcela em julho de 2019, sendo a última em 18 de dezembro de 2025. As operações têm como garantias reais o imóvel do Shopping Cidade Jardim, o imóvel do Shopping Bela Vista e o imóvel do Shopping Ponta Negra.

Essas renovações de dívidas foram avaliadas no contexto de avaliação de modificação da dívida (*Debt Modification*) e concluiu-se pela não amortização antecipada de custos de captação ou alteração do custo amortizado. Como renovação da dívida ocorreu próximo ao encerramento do exercício, a Companhia considera que o saldo devedor ao seu valor justo é muito próximo ao valor contábil.

Caso nos 18 meses seguintes a última alteração realizada nas debêntures, haja redução por liquidação antecipada de R\$200 milhões do saldo das debêntures, o prazo de início de amortização será prorrogado por mais 6 meses além dos 18 meses contratuais. Caso não ocorra a liquidação antecipada, a taxa passará a CDI + 3,4%, prospectivamente.

As parcelas do não circulante da emissão têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Consolidado	
	2017	2016
2016	-	-
2017	-	85.531
2018	1.917	105.000
2019	55.429	105.000
2020	110.433	105.000
2021	110.433	105.000
a partir de 2022	441.733	210.000
Total bruto	719.944	715.531
Custo com debêntures à amortizar	(15.533)	(19.407)
Total líquido	704.411	696.125



2016

	Indexador	Remuneração (Juros)	Consolidado	
			2016	2015
4ª Emissão de Debêntures simples (a)	CDI	1,75% a.a	81.894	245.981
5.ª emissão + 1.ª emissão das controladas (b)	CDI	2,70% a.a	633.638	804.046
(-) Custos com 4ª emissão de Debêntures			(1.306)	(1.408)
(-) Custos com 5ª emissão + 1.ª emissão de			(18.102)	(22.988)
			696.124	1.025.630
Circulante			84.121	268.156
Principal			78.762	233.340
Juros			6.781	37.936
(-) Custos			(1.422)	(3.120)
Não Circulante			612.003	757.474
Principal			630.000	778.750
Juros			-	-
(-) Custos			(17.997)	(21.276)

a) Em 26 de março de 2012 a Companhia concluiu a 4ª emissão de 350 (trezentos e cinquenta) debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, com garantia fidejussória ("Debêntures"), para distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM no. 476/09. O valor total da emissão foi de R\$ 350.000, com vencimento em cinco anos contados a partir da data de emissão, com seis amortizações semestrais.

b) Em 18 de dezembro de 2013 foram concluídas as seguintes operações de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09: 5ª emissão de debêntures da JHSF Participações S.A no valor de R\$ 300.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços no valor de R\$ 15.000; 1ª emissão de debêntures da Sustenta Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 20.000; 1ª emissão de debêntures da Sociedade Administradora de Estacionamentos e Serviços S.A no valor de R\$ 10.000; 1ª emissão de debêntures da JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S. A no valor de R\$ 94.000; 1ª emissão de debêntures do Shopping Cidade Jardim S.A no valor de R\$ 140.000; 1ª emissão de debêntures do Vila Catarina Shopping S.A no valor de R\$ 51.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Metro Norte no valor de R\$ 170.000. Todas as operações acima contam com 30 meses de carência de principal contados da emissão, com amortizações programadas semestrais, sendo a primeira em 18/06/2018 e a última em 18/12/2023.

Em 16 de junho de 2016 a Companhia efetuou a ampliação do período de carência para amortização do principal da 5ª Emissão, passando de dois para quatro anos, com início da amortização do principal, de R\$800 milhões, em 12 parcelas semestrais, sendo a primeira em junho de 2018 e última amortização em dezembro de 2023 e a mudança do spread anual contratado, com incremento de 70 basis points, passando a CDI+3,4% a.a.



As parcelas do não circulante das emissões têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Controladora	
	2016	2015
2017	-	178.750
2018	105.000	100.000
2019	105.000	100.000
2020	105.000	100.000
Após 2020	315.000	300.000
Total	630.000	778.750
Custo	(17.997)	(21.276)
Saldo líquido	612.003	757.474

2015

	Indexador	Remuneração (Juros)	Consolidado	
			12-2015	12-2014
4ª Emissão de Debêntures simples (a)	CDI	1,75% a.a	245.981	344.031
5.ª emissão + 1.ª emissão das controladas (b)	CDI	2,70% a.a	804.046	803.467
(-) Custos com 4ª emissão de Debêntures	-	-	(1.408)	(2.534)
(-) Custos com 5ª emissão + 1.ª emissão de debêntures das controladas	-	-	(22.988)	(25.469)
			1.025.630	1.119.495
Circulante			268.156	109.073
Principal			233.340	96.250
Juros			37.936	14.998
(-) Custos			(3.120)	(2.175)
Não Circulante			757.474	1.010.421
Principal			778.750	1.036.250
Juros			-	-
(-) Custos			(21.276)	(25.829)

- (a) Em 26 de março de 2012 a companhia concluiu a 4ª emissão de 350 (trezentos e cinquenta) debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, com garantia fidejussória ("Debêntures"), para distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM no. 476/09. O valor total da emissão foi de R\$ 350.000, com vencimento em cinco anos contados a partir da data de emissão, com seis amortizações semestrais.
- (b) Em 18 de dezembro de 2013 foram concluídas as seguintes operações de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09: 5ª emissão de debêntures da JHSF Participações S.A no valor de R\$ 300.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços no valor de R\$ 15.000; 1ª emissão de debêntures da Sustenta Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 20.000; 1ª emissão de debêntures da Sociedade Administradora de Estacionamentos e Serviços S.A no valor de R\$ 10.000; 1ª emissão de debêntures da JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S. A no valor de R\$ 94.000; 1ª emissão de debêntures do Shopping Cidade Jardim S.A no valor de R\$ 140.000; 1ª



emissão de debêntures do Vila Catarina Shopping S.A no valor de R\$ 51.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Metro Norte no valor de R\$ 170.000. Todas as operações acima contam com 30 meses de carência de principal contados da emissão, com amortizações programadas semestrais, sendo a primeira em 18/06/2016 e a última em 18/12/2023.

As parcelas do não circulante das emissões têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	12-2015	12-2014
2016	-	257.500
2017	178.750	178.750
2018	100.000	100.000
2019	100.000	100.000
2020	100.000	400.000
Após 2020	300.000	-
	778.750	1.036.250
Custo	(21.276)	(25.829)
Total	757.474	1.010.421

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas da Companhia são garantidas por garantias reais, tais como (i) hipoteca; (ii) cessão fiduciária; (iii) alienação fiduciária e por garantias fidejussórias, como aval e fiança. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor, qual seja: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

Empréstimos e Financiamentos com Garantia Real (R\$' milhares)	Saldo em 31/12/2017
Debêntures	719.944
Capital de Giro	414.096
BNDES - Manaus	71.027
BNDES - Salvador	34.130
BNDES - Aeroporto	135.439
Total Geral	1.374.636

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Cláusulas restritivas (covenants)



As debêntures possuem cláusulas restritivas, determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia que podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, dentre as quais:

- Descumprimento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, prevista na escritura de emissão das debêntures;
- Anulação, nulidade, inexecutabilidade ou questionamento, judicial ou extrajudicial, pela Interviente Garantidora e/ou por seus acionistas da garantia fidejussória ora pactuada;
- Inadimplemento ou vencimento antecipado não sanado em prazo previsto de qualquer dívida da emissora, de valor igual ou superior a R\$14.000, sem a devida contestação e comprovação da obrigação;
- Alteração do objeto social mudando substancialmente as atividades praticadas atualmente;
- Não atendimento ao valor mínimo de receita de aluguéis do Shopping Cidade Jardim, conforme limites fixados na escritura de debêntures partindo de R\$ 29.000, em 2014, de forma crescente até R\$ 33.000, em 2023.
- Protesto legítimo de títulos de valor igual ou superior a R\$ 14.000 sem devida resolução em até 5 (cinco) dias úteis.

A Companhia não possui dívidas cujos covenants requerem apresentação de indicadores financeiros (ratios).

A Companhia acompanha periodicamente o cumprimento das cláusulas contratuais (covenants) de acordo com as regras contratuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram observadas evidências de descumprimentos das cláusulas contratuais.

10.1.g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Nesta data, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Evidenciados no item 10.2. deste Formulário.

* * * * *

10.2 Resultado operacional e financeiro

2017 e 2016

Entre 01 de Janeiro e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou seus resultados divididos em três divisões de negócio operacionais (Renda Recorrente, Incorporação e Hotéis e Restaurantes), além dos resultados de seu escritório central administrativo (Holding). O aeroporto, ainda em fase pré-operacional, não gerou resultado no ano de 2017.



NOTA: Os valores apresentados neste item refletem a distribuição gerencial por Unidades de Negócios na visão da Administração da Companhia. Em seus totais, os saldos são iguais aos números contábeis apresentados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, mas podem divergir em termos de alocação entre Unidade de Negócio ou entre linhas de resultado.

Receita Bruta

A Receita Bruta Consolidada em 2017 atingiu R\$401,3 milhões, decréscimo de 7,5% vs. 2016. O desempenho decorre da redução em Renda Recorrente -33% e Hotéis e Restaurantes -2%. Os Impostos sobre a Receita Bruta foram de R\$45,4 milhões em 2017 contra R\$48,9 milhões em 2016.

Na Renda Recorrente, em Dezembro de 2016 a Companhia alienou o Shopping Metro Tucuruvi e 33% do imóvel onde opera o Shopping Cidade Jardim (em conjunto “Venda de Ativos”), resultando em redução da ABL e da prestação de serviços proporcionalmente às parcelas alienadas, com a consequente diminuição da Receita Bruta nessa divisão em 2017. Houve melhora ao longo do ano nos indicadores de vendas dos lojistas (+8,3%), vacância (-400bps) e custo de ocupação (-90bps), além de redução da inadimplência (maiores destaques na seção RENDA RECORRENTE, mais a frente nesse release). No Varejo, a queda verificada está associada com o menor número de operações geridas pela Companhia ao longo do ano;

Em Hotéis e Restaurantes, a variação está associada ao momento econômico e social vivido na cidade do Rio de Janeiro durante 2017, bem como à forte base de comparação em 2016, pela realização dos Jogos Olímpicos. Nota-se recuperação nos indicadores operacionais e financeiros nessa unidade de negócios a partir do 4T17, decorrentes de ações tomadas pela Administração, e melhora no ambiente de negócios.

Na Incorporação, houve crescimento em 2017, decorrentes de vendas, porém há que se recordar que em 2016 a Companhia provisionou totalmente distratos no empreendimento Bosque Cidade Jardim (embargado), fato que não se repetiu em 2017.

Custo dos Produtos e Serviços Vendidos

O Custo dos Produtos e Serviços Vendidos Consolidado (CPSV) alcançou R\$208,6 milhões em 2017, redução de 9,7% vs. 2016.

Na Renda Recorrente atribuída substancialmente a Venda de Ativos, mas também a outras reduções verificadas tanto em Shoppings quanto no Varejo.

Em Hotéis e Restaurantes, houve estabilidade e, na Incorporação, houve crescimento devido ao estorno de custos contabilizados em 2016 por ocasião do provisionamento do Bosque Cidade Jardim.

Resultado Bruto

Em 2017, o Resultado Bruto Consolidado atingiu R\$147,2 milhões, queda de 4,3% e aumento de um ponto percentual da Margem Bruta.



Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2017	2016	Var %
Despesas Operacionais Consolidadas	(113,3)	(356,5)	-68,2%
Renda Recorrente	(36,1)	(64,9)	-44,4%
Comerciais	(4,3)	(6,8)	-36,5%
Administrativas	(28,7)	(26,2)	9,5%
Outras	(3,0)	(31,9)	-90,5%
Hotéis e Restaurantes	(18,3)	(12,7)	43,7%
Comerciais	0,0	(0,1)	-100,0%
Administrativas	(17,3)	(17,3)	0,0%
Outras	(1,0)	4,6	-121,6%
Incorporação	(41,4)	(18,3)	126,9%
Comerciais	(6,2)	(11,3)	-44,7%
Administrativas	(30,3)	(9,3)	225,9%
Outras	(4,9)	2,3	-311,0%
Holding	(17,5)	(260,6)	-93,3%
Comerciais	(0,2)	(1,2)	-87,1%
Administrativas	(26,4)	(50,6)	-47,8%
Outras	9,1	(208,8)	-104,4%

As Despesas Operacionais Consolidadas do ano de 2017 alcançaram R\$113,3 milhões, aumento de 68,2% em relação a 2016.

A partir do início de 2017, o Centro de Serviços Compartilhados (CSC) que era gerenciado pela Holding deixou de existir e as unidades de negócios (Renda Recorrente e Incorporações) passaram a contratar diretamente seus gastos, assim como já ocorria com a unidade Hotéis e Restaurantes.

As Despesas Operacionais apresentaram forte redução com relação a 2016, sendo verificada em todas unidades exceto Hotéis e Restaurantes (à frente explicado).

No negócio de Renda Recorrente a principal causa da redução é decorrente da Venda de Ativos, e o aumento das Despesas Administrativas está associada a criação de estrutura independente para a JHSF Malls S.A.

No negócio de Hotéis e Restaurantes, o aumento percebido está centrado na linha de Despesas Operacionais, e refere-se à reversão de provisões ocorrida em 2016, fato não se repetiu em 2017.

Na Incorporação houve redução principalmente dos gastos comerciais e acréscimo das Despesas Administrativas, antes no CSC.

Na Holding, houve redução no total das despesas, destacando que nas Despesas Administrativas, em 2017, estão os impactos por gastos não recorrentes (comissões e honorários) no montante de R\$18,1 milhões, relativos a Venda de Ativos (ao final de 2016) e serviços jurídicos relacionados e nas 'Outras Despesas Operacionais', pelo fato que o valor registrado em 2016 refere-se a baixa do Valor Justo do SMT.

Propriedades Para Investimento e Valor Justo

As avaliações das PPIs foram elaboradas por empresa especializada, Cushman & Wakefield Brasil, de forma independente para os exercícios de 2017 e 2016. O Valor Justo das PPIs apresentou apreciação de R\$156 milhões em 2017 (R\$22,6 milhões em 2016).



Resultado Financeiro Líquido

Em 2017, o Resultado Financeiro Consolidado foi negativo em R\$149,6 milhões, aumento de 44,3% vs. 2016.

Resultado Financeiro Consolidado da Companhia apresentou expressiva redução quando comparado ao ano de 2016, refletindo a o processo de desalavancagem ocorrido em 2016 e a queda da taxa básica de juros em 2017 (82% do endividamento da Companhia é pós fixado e atrelado ao CDI). A Receita Financeira Consolidada do ano é composta essencialmente pela receita com aplicações financeiras.

Os principais itens registrados como Despesa Financeira Consolidada de 2017 foram (i) juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$125,1 milhões); (ii) remuneração a fundos imobiliários (R\$4,5 milhões); (iii) descontos concedidos à clientes (R\$2,9 milhões).

Impostos sobre a Renda e Resultado Líquido

No ano, o Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro totalizou Prejuízo de R\$67,6 milhões e o Resultado Líquido, Prejuízo de R\$27,3 milhões em 2017, decréscimo de 89,4% vs. 2016, decorrente dos fatores acima mencionados.

Depreciação e Amortização

A Depreciação e Amortização Consolidada apresentou decréscimo de 19,1% e alcançou R\$13,9 milhões em 2017.

EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

Ajustado e Reconciliação EBITDA

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2017	2016	Var %
EBITDA Ajustado	72,4	72,9	-0,7%
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>20%</i>	<i>19%</i>	
Renda Recorrente	134,1	109,1	22,9%
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>80%</i>	<i>43%</i>	
Hotéis e Restaurantes	13,5	23,3	-42,1%
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>8%</i>	<i>13%</i>	
Incorporação	(48,8)	(31,2)	56,5%
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>-287%</i>	<i>68%</i>	
Holding	(26,4)	(28,3)	-6,9%

O EBITDA Ajustado Consolidado, que exclui o efeito de fatores não recorrentes, teve redução 0,7% na comparação anual. Tanto na comparação trimestral quanto anual, registrou-se crescimento da Margem EBITDA Ajustada.



Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2017	2016	Var %
Resultado Líquido	(27,3)	(258,2)	-89,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	67,6	(55,3)	-222,3%
Resultado Financeiro	149,6	268,5	-44,3%
Depreciação e Amortização	13,9	17,2	-19,1%
EBITDA	203,8	(27,9)	-830,1%
Valor Justo das PPIs	(156,0)	(22,6)	590,1%
"Efeito" BCJ	-	51,9	-100,0%
Resultado Venda SMT		219,6	
Provisões	6,4	12,7	-49,3%
Efeitos de proporcionalidade ¹	-	(25,8)	
Comissões e Honorários	18,1	-	0,0%
Resultado da Venda de Ativos ocorrida em 2016	-	(134,9)	
EBITDA Ajustado	72,4	72,9	-0,7%
Margem (% da Receita Líquida)	20%	19%	

2016 e 2015

Entre 01 de Janeiro e 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou seus resultados divididos em três divisões de negócio operacionais (Renda Recorrente, Incorporação e Hotéis e Restaurantes), além dos resultados de seu escritório central administrativo (Holding). O aeroporto, ainda em fase pré-operacional, não gerou resultado no ano de 2016.

NOTA: Os valores apresentados neste item refletem a distribuição gerencial por Unidades de Negócios na visão da Administração da Companhia. Em seus totais, os saldos são iguais aos números contábeis apresentados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, mas podem divergir em termos de alocação entre Unidade de Negócio ou entre linhas de resultado.

Receita Bruta

A Receita Bruta Consolidada em 2016 atingiu R\$401,3 milhões, decréscimo de 37% vs. 2015. O desempenho decorre da redução em todas as unidades de negócios, sendo Renda Recorrente -3%, Hotéis e Restaurantes -1% e Incorporação -124%. Os Impostos sobre a Receita Bruta foram de R\$48,9 milhões em 2016 contra R\$55,1 milhões em 2015.

No negócio de Renda Recorrente, que compreende a operação de Shoppings, Serviços para Shoppings e Varejo, o crescimento apresentado pela divisão de Shoppings foi 11% para o 2016, que compensou parcialmente a queda de Receita das demais subdivisões, que decorreram (i) da alienação de algumas atividades de varejo de certas marcas internacionais, impactando o 'Varejo', e (ii) pela queda dos preços da energia elétrica vendida, impactando 'Outros Serviços'.

Ao longo de 2016 o negócio de Hotéis e Restaurantes adotou nova configuração societária, que visa simplificar processos internos. A mudança alterou o reconhecimento da Receita Bruta e dos impostos sobre a receita.

No acumulado do ano, a queda da Receita Bruta reflete ainda distrato relevante de cliente-investidor na Fazenda Boa Vista, em julho de 2016, efeito de R\$40,4 milhões.



Custo dos Produtos e Serviços Vendidos

O Custo dos Produtos e Serviços Vendidos Consolidado (CPSV) alcançou R\$233,9 milhões em 2016, redução de 35% vs. 2015.

No ano, no negócio Renda Recorrente houve redução do CSPV decorrente da queda dos preços da energia elétrica vendida. No negócio Hotéis e Restaurantes houve estabilidade no CPSV. No negócio de Incorporação, houve impacto de distratos e do provisionamento já referido.

Resultado Bruto

No ano, o Resultado Bruto Consolidado atingiu R\$151,1 milhões, queda de 44% e redução de três pontos percentuais da Margem Bruta.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais Consolidadas do ano de 2016 alcançaram R\$356,5 milhões, aumento de 177% em relação a 2015.

No negócio de Renda Recorrente, no ano, houve crescimento das Despesas Operacionais assim explicadas (i) Despesas Comerciais, por campanhas de marketing realizadas; e (ii) Despesas Administrativas, pelo pagamento de verbas trabalhistas (rescisões, luvas e bônus). No trimestre, houve redução de Despesas Operacionais em função de reversão de provisões.

No negócio de Hotéis e Restaurantes, no ano, a redução decorre principalmente da redução de Despesas Comerciais, bem como da maior eficiência operacional com a queda das Despesas Administrativas e reversão de provisões, em Outras Operacionais. Na comparação de trimestres, as Despesas se mantiveram estáveis.

Tanto no ano quanto no trimestre, as Despesas do negócio de Incorporação apresentaram redução decorrente do estorno de provisões sobre a carteira de recebíveis (efeito Bosque Cidade Jardim e do empreendimento “Horto Bela Vista”).

As Despesas da Holding, no ano, foram afetadas por (i) gastos com prestadores de serviços na estruturação de operações financeiras (venda dos ativos no exterior e reperfilamento de dívidas); (ii) ações de aprimoramento do programa de compliance; e (iii) pelo reconhecimento de perda, sem efeito caixa para a Companhia, com a venda do SMT, também afetando as Despesas do 4T16.

Propriedades Para Investimento e Valor Justo

O Valor Justo das Propriedades para Investimento (“PPIs”), cuja avaliação é realizada anualmente por especialistas externos, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado, apresentou apreciação de R\$22,6 milhões em 2016 (R\$313,9 milhões em 2015).

Resultado Financeiro Líquido

Em 2016, o Resultado Financeiro Consolidado foi negativo em R\$268,5 milhões, aumento de 27% vs. 2015.

A Receita Financeira Consolidada de 2016 foi composta por (i) juros de promitentes compradores de R\$11,5 milhões; (ii) rendimento de aplicações financeiras, de R\$4,2 milhões; (iii) atualização da carteira imobiliária, de R\$3,1 milhões; (iv)



variação cambial do 'Contas a Receber' de R\$1,3 milhão; e (v) outras receitas financeiras somando R\$2,4 milhões. A variação relativa a 2015 decorreu de menores volumes de recursos aplicados ao longo do ano.

A Despesa Financeira Consolidada foi composta por (i) juros sobre empréstimos e financiamentos, de R\$235,3 milhões; (ii) variações cambiais passivas relativas a financiamentos com o BNDES atrelados à cesta de moedas, de R\$20,1 milhões; (iii) despesas financeiras relacionadas a distratos reconhecidos em 2016, de R\$11,4; (iv) obrigações com parceiros em empreendimentos, de R\$10,2 milhões (remuneração dos cotistas do JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista FII); (v) amortização de comissões relativas a rolagens e liquidações de dívidas realizadas ao longo do ano, de R\$8,9 milhões; (vi) IOF, de R\$5,3 milhões; e (ii) outras despesas de R\$20,5 milhões. A variação relativa a 2015 é explicada por maiores spreads bancários e fees por contratação de dívidas, lançados a despesa ao longo de 2016.

Impostos sobre a Renda e Resultado Líquido

No ano, o Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro totalizou Prejuízo de R\$55,3 milhões e o Resultado Líquido, Prejuízo de R\$258,2 milhões em 2016, decréscimo de 328% vs. 2015, decorrente dos fatores acima mencionados.

Depreciação e Amortização

A Depreciação e Amortização Consolidada apresentou crescimento de 5% e alcançou R\$17,2 milhões em 2016.

EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

Ajustado e Reconciliação EBITDA

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2016	2015	Var %
EBITDA Ajustado	72,9	218,8	-66,7%
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>19%</i>	<i>35%</i>	
Renda Recorrente	109,1	165,4	-34,0%
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>43%</i>	<i>64%</i>	
Hotéis e Restaurantes	23,3	23,0	1,3%
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>13%</i>	<i>13%</i>	
Incorporação	(31,2)	62,5	-149,9%
<i>Margem (% da Receita Líquida)</i>	<i>68%</i>	<i>33%</i>	
 Holding	(28,3)	-32,1	-11,8%

O EBITDA Ajustado Consolidado, que exclui o efeito de fatores não recorrentes, reduziu 67% na comparação anual.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2016	2015	Var %
Resultado Líquido	(258,2)	109,7	-335,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(55,3)	109,9	-150,3%
Resultado Financeiro	268,5	211,9	26,7%
Depreciação e Amortização	17,2	15,8	8,9%
EBITDA	(27,9)	447,4	-106,2%
Valor Justo das PPIs	(22,6)	-313,9	-92,8%
"Efeito" BCJ	51,9	-	
Resultado Venda SMT	219,6	-	
Provisões	12,7	22,10	-42,7%
Efeitos de proporcionalidade ¹	(25,8)	-	
Resultado da Venda de Ativos ocorrida em 2016	(134,9)	26,70	-605,4%
Outros	-	36,5	
EBITDA Ajustado	72,9	218,80	-66,7%
Margem (% da Receita Líquida)	19%	35%	



* * * * *

10.3 Efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras

10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2015 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a venda dos ativos que detinha no exterior, de acordo com os termos da Proposta Vinculante aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 19 de janeiro de 2016, gerando o seguinte resultado:

	JHSF NY	JHSF USA	JHSF Uruguay	JHSF Internac.	JHSF NY II	Total
Valor de Venda PL (US\$)	24.409	1.211	-	722	8.151	34.493
Taxa de câmbio no fechamento da operação	3.5041	3.5041	3.5041	3.5041	3.5041	3.5041
Valor da Venda em Reais	85.533	4.242	170.650	2.530	28.562	291.517
Custos das Sociedades Transacionadas:						
Investimento	(39.275)	(1.760)	(67.569)	(3.027)	(29.913)	(141.544)
AFAC	(54.637)	(3.545)	(79.702)	-	-	(137.884)
Custo Total das Sociedades Transacionadas (R\$)	(93.912)	(5.306)	(147.271)	(3.027)	(29.913)	(279.428)
Resultado da Operação	(8.379)	(1.064)	23.379	(496)	(1.351)	12.089
(+) Variação cambial acumulada no PL	33.255	(11.912)	93.816	-	15.846	131.005
Resultado da Operação Antes de Ajustes Contratuais	24.876	(12.975)	117.194	(496)	14.495	143.094
Transferência Adicional de Dívida - Uruguay (USD 8.460)	-	-	(27.465)	-	-	(27.465)
Ajuste de Preço JHSF NYII (USD 2.950)	-	-	-	-	9.576	9.576
Custos Adicionais das Sociedades Transacionadas	-	-	-	-	-	-
Resultado da Transação de Venda de Sociedades	24.876	(12.975)	89.730	(496)	24.071	125.206

O resultado líquido das Operações Descontinuadas foi classificado na demonstração do resultado consolidado, de 2016, na linha de Resultado de Operações Descontinuadas.

10.3.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, foram concluídas as alienações de participação de 100% do Shopping Metrô Tucuruvi à REC 2015 Empreendimentos e Participações IV S.A., e de 33% do Shopping Cidade Jardim à Gazit Brasil.

10.3.c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera com que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, exceto pela Reorganização Societária, descrita no item 15.7 do Formulário de Referência.

* * * * *



10.4 Mudanças práticas contábeis/ressalvas e ênfases

10.4.a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

10.4.b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

10.4.c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

* * * * *

10.5 Políticas contábeis críticas

Contexto operacional

A JHSF Participações S.A. (“Companhia”) com sede na Avenida Magalhães de Castro, 4.800 Torre 3 Continental Tower - 26º andar, São Paulo – SP, é uma sociedade por ações de capital aberto, cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o código 20605 sendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob a sigla JHSF3. Constituída em 29 de junho de 2006, com o objetivo principal de atuar como holding, participando do capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de construção e exploração de shoppings centers, à incorporação, compra e venda de imóveis residenciais e comerciais, compra e venda de mercadorias, à locação de imóveis comerciais próprios, à prestação de serviços de administração, à exploração de atividades hoteleiras, gastronômicas e turísticas em geral, assessoria, consultoria e planejamento, operação e gestão de aeródromo.

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais da Companhia de 31 de dezembro de 2017, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação OCPC04 –



Aplicação da Interpretação Técnica ICPC02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras, no que diz respeito ao tratamento de reconhecimento de receita desse setor e envolve assuntos relacionados à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle das unidades imobiliárias vendidas e aprovadas pelo CPC, CVM e CFC.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral, e desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliações dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas do valor justo das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, análises de recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e do imposto de renda e da contribuição social diferidos, determinação de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas principais estimativas e premissas pelo menos trimestralmente ou quando há alguma mudança significativa nessas estimativas que podem impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e de 01 de janeiro de 2016

A Companhia identificou a necessidade de ajustar alguns de seus saldos contábeis e dos saldos contábeis de suas controladas, retroagindo a 01 de janeiro de 2016, em decorrência da correção de erros, incluindo reclassificações, e que foram refletidos nos dados reapresentados de 31 de dezembro de 2016. Os efeitos na Controladora estão demonstrados a seguir:



**Balço Patrimonial -
Controladora**

31 de dezembro de 2016

01 de janeiro de 2016

		Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo							
Circulante		414.761	9.734	424.495	416.311	-	416.311
Dividendos a receber	(a)	13.459	13.827	27.286	19.094	-	19.094
Outros ativos circulantes		401.302	(4.093)	397.209	397.217	-	397.217
Não circulante		2.860.974	(46.123)	2.814.852	3.307.793	(55.337)	3.252.456
Créditos diversos		18.827	(18.470)	357	15.770	-	15.770
Créditos com partes relacionadas		47.101	49.851	96.952	17.942	-	17.942
Investimentos	(b)	2.238.106	(77.504)	2.160.603	2.889.444	(55.337)	2.834.107
Imobilizado	(c)	21.124	(9.789)	11.335	24.078	(4.301)	19.777
Intangível	(c)	-	9.789	9.789	-	4.301	4.301
Outros ativos não circulantes		535.816	-	535.816	360.559	-	360.559
Total do ativo		3.275.735	(36.389)	3.239.347	3.724.104	(55.337)	3.668.767
Passivo e Patrimônio líquido							
Circulante		299.946	191.776	491.722	476.874	-	476.874
Fornecedores	(d)	5.055	19.145	24.200	2.182	-	2.182
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		1.893	84	1.977	1.820	-	1.820
Dividendos a pagar		53.056	-	53.056	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	(i)	78.492	172.547	251.039	84.329	-	84.329
Outros passivos circulantes		161.450	-	161.450	388.543	-	388.543
Não circulante		773.451	(171.103)	602.348	599.275	732	600.007
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	(i)	193.587	(172.547)	21.040	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto em controlada	(b)	2.568	1.444	4.012	1.274	732	2.006
Outros passivos não circulantes		577.296	-	577.296	598.001	-	598.001
Patrimônio líquido	(e)	2.202.340	(57.063)	2.145.277	2.647.955	(56.069)	2.591.886
Total do passivo e patrimônio líquido		3.275.735	(36.389)	3.239.347	3.724.104	(55.337)	3.668.767

		31 de dezembro de 2016		
		Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstrações do resultado do exercício - Controladora				
Receitas e (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(d)	(37.993)	(927)	(38.920)
Despesas comerciais		(728)	-	(728)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(f)	(101.971)	(8.788)	(110.759)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(d)	(189.289)	(18.566)	(207.855)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(329.981)	(28.281)	(358.262)
Resultado financeiro, líquido	(g)	(151.453)	27.287	(124.166)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(481.434)	(994)	(482.428)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		87.324	-	87.324
Resultado de Operações continuadas		(394.110)	(994)	(395.104)
Resultado de operações descontinuadas		134.917	-	134.917
Lucro líquido do exercício		(259.193)	(994)	(260.187)



31 de dezembro de 2016

Demonstrações do resultado abrangente - Controladora	Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado abrangente do exercício	(e) (399.838)	(994)	(400.832)

31 de dezembro de 2016

Demonstrações dos fluxos de caixa - Controladora	Original	Ajuste	Reapresentado
Das atividades operacionais	(h) (425.290)	119.195	(306.095)
Das atividades de investimento	(h) 743.116	(297.953)	445.163
Das atividades de financiamento	(h) (277.030)	178.758	(98.272)

31 de dezembro de 2016

Demonstrações do valor adicionado - Controladora	Original	Ajuste	Reapresentado
Distribuição do valor adicionado	(e) (155.164)	(77.578)	(232.742)

- (a) Complemento de provisão de dividendos a receber da controlada JHSF Malls S.A., anteriormente denominada Shopping Cidade Jardim S.A.
- (b) As controladas da Companhia realizaram ajustes com efeito no resultado dos exercícios de 2016 e anteriores, conforme demonstrado na reapresentação dos saldos consolidados que impactaram os saldos de investimentos e de provisão para passivo a descoberto da Companhia.
- (c) A Companhia reclassificou saldos de gastos com aquisição e implantação de sistemas e aplicativos da rubrica de imobilizado para a rubrica de intangível.
- (d) Refere-se à provisão de despesas a pagar de competência do exercício de 2016, cujos pagamentos vieram a ocorrer no exercício de 2017. Entre as despesas, destacam-se as despesas com a venda de ativos da Companhia, assessoria jurídica e auditoria.
- (e) Reflexos dos ajustes efetuados no resultado da Companhia no exercício de 2016 e ajustes efetuados no resultado de suas controladas nos exercícios de 2016 e anteriores.
- (f) Refere-se à ajustes efetuados no resultado do exercício de 2016 de suas controladas que alteraram o resultado de equivalência patrimonial do exercício.
- (g) Complemento de capitalização de despesas com juros de recursos utilizados na construção do Aeroporto Catarina em sua controlada JHSF Administradora do Aeroporto Executivo Catarina S.A.
- (h) A Companhia reclassificou os o montante de juros pagos no exercício do grupo de fluxo de caixa das atividades de financiamento para o o grupo de fluxo de caixa das atividades operacionais, assim como o montante líquido das movimentações de conta corrente entre a Companhia e suas controladas (partes relacionadas).
- (i) A Companhia reclassificou os saldos de débitos com partes relacionadas, sem vencimento pré-definido em contrato, para o grupo de passivo circulante.



Estes ajustes impactaram os balanços patrimoniais e das demonstrações do resultado do exercício, conforme apresentado acima. O efeito líquido dos ajustes registrados na demonstração de resultado, impactou por consequência as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado dos respectivos exercícios, porém, de forma a não alterar as demonstrações significativamente.

Os efeitos no consolidado estão demonstrados a seguir:

Balço Patrimonial - Consolidado	31 de dezembro de 2016			01 de janeiro de 2016		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante	1.162.738	(452.351)	710.387	1.881.373	(425.307)	1.456.066
Contas a receber (a)	512.652	(14.173)	498.479	315.730	(14.312)	301.418
Imóveis a comercializar (b)	464.346	(430.657)	33.689	453.494	(394.992)	58.502
Estoques (c)	-	12.326	12.326	-	14.843	14.843
Créditos diversos (d)	41.819	(19.848)	21.971	77.884	(30.078)	47.806
Despesas com vendas a apropriar	6.007	-	6.007	6.269	(768)	5.501
Outros ativos circulantes	137.915	-	137.915	1.027.996	-	1.027.996
Não circulante	3.587.812	436.841	4.024.653	4.684.214	414.620	5.098.834
Impostos e contribuições diferidos (e)	33.587	17.679	51.266	40.882	53.081	93.963
Imóveis a comercializar (b)	162.291	408.237	570.528	191.821	380.149	571.970
Créditos diversos (d)	36.879	(23.556)	13.323	54.094	(25.858)	28.236
Créditos com partes relacionadas	42.970	22.563	65.533	14.743	21.148	35.891
Imobilizado (f)	736.078	(54.620)	681.458	652.963	(15.643)	637.320
Propriedades para investimento (g)	2.326.959	56.423	2.383.382	3.357.969	1.743	3.359.712
Intangível (h)	87.993	10.115	98.108	89.458	-	89.458
Outros ativos não circulantes	161.055	-	161.055	282.284	-	282.284
Total do ativo	4.750.550	(15.510)	4.735.040	6.565.587	(10.687)	6.554.900
Passivo e Patrimônio líquido						
Circulante	609.451	(14.699)	594.752	1.671.085	(26.673)	1.644.412
Fornecedores (i)	50.628	19.193	69.821	97.042	(3)	97.039
Empréstimos e financiamentos	196.194	-	196.194	291.732	(27.627)	264.105
Debêntures	84.121	-	84.121	268.156	28.093	296.249
Obrigações com parceiros em empreendimentos sociais, trabalhistas e tributárias (j)	26.431	(26.431)	-	21.929	(21.929)	-
Obrigações com parceiros em empreendimentos sociais, trabalhistas e tributárias	27.507	(243)	27.264	24.412	137	24.549
Impostos e contribuições diferidos	18.533	564	19.097	31.854	-	31.854
Débitos diversos	1.858	(1.821)	37	14.166	(3.286)	10.880
Receita diferida - Cessão de direito de uso (k)	76.933	(67.747)	9.186	101.196	(81.769)	19.427
Adiantamento de clientes (k)	-	61.786	61.786	-	80.731	80.731
Débitos com partes relacionadas	74.190	-	74.190	115.901	(1.020)	114.881
Outros passivos circulantes	53.056	-	53.056	704.697	-	704.697
Não circulante	1.923.917	38.467	1.962.384	2.229.573	66.572	2.296.145
Empréstimos e financiamentos	595.987	-	595.987	599.450	27.627	627.077
Debêntures	612.003	-	612.003	757.474	(28.093)	729.381
Obrigações com parceiros em empreendimentos sociais, trabalhistas e tributárias (j)	96.051	26.431	122.482	100.033	21.929	121.962
Impostos e contribuições diferidos (e)	477.808	11.495	489.303	697.164	45.524	742.688
Provisão para demandas judiciais (l)	23.233	541	23.774	26.387	541	26.928
Receita diferida - Cessão de direito de uso (k)	80.990	(68.732)	12.258	28.059	(16.395)	11.664
Adiantamento de clientes (k)	-	68.732	68.732	-	15.439	15.439
Outros passivos não circulantes	37.845	-	37.845	21.006	-	21.006
Patrimônio líquido	2.217.182	(39.278)	2.177.904	2.664.927	(50.584)	2.614.343



Patrimônio líquido dos controladores	(q)	2.205.043	(59.767)	2.145.277	2.645.048	(53.162)	2.591.886
Patrimônio líquido dos não controladores	(r)	12.139	20.488	32.627	19.881	2.576	22.457
Total do passivo e patrimônio líquido		4.750.550	(15.510)	4.735.040	6.565.587	(10.687)	6.554.900

		31 de dezembro de 2016		
Demonstrações do resultado do exercício - Consolidado		Original	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	(m)	384.563	482	385.045
Custos		(231.119)	(2.803)	(233.922)
Lucro bruto		153.444	(2.321)	151.123
Receitas e (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(i)	(94.014)	(6.641)	(100.655)
Despesas comerciais		(19.315)	-	(19.315)
Resultado de equivalência patrimonial		2.710	(3.179)	(469)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(n)	(231.676)	(1.564)	(233.240)
Variação no valor justo de propriedades para investimentos	(g)	35.578	(12.978)	22.600
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(153.274)	(26.683)	(179.957)
Resultado financeiro, líquido		(286.319)	17.819	(268.500)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(439.593)	(8.864)	(448.457)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(o)	54.100	1.212	55.312
Resultado de Operações continuadas		(385.493)	(7.652)	(393.145)
Resultado de operações descontinuadas		134.917	-	134.917
Lucro líquido do exercício		(250.576)	(7.652)	(258.228)

		31 de dezembro de 2016		
Demonstrações do resultado abrangente - Consolidado		Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado abrangente do exercício		(391.221)	(7.652)	(398.873)

		31 de dezembro de 2016		
Demonstrações dos fluxos de caixa - Consolidado		Original	Ajuste	Reapresentado
Das atividades operacionais	(s)	(353.945)	65.770	(288.175)
Das atividades de investimento	(s)	786.374	(385.550)	400.824
Das atividades de financiamento	(s)	(514.153)	319.780	(194.373)

		31 de dezembro de 2016		
Demonstrações do valor adicionado - Consolidado		Original	Ajuste	Reapresentado
Distribuição do valor adicionado		77.928	(113.538)	(35.610)

- (a) Complemento de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD), conforme revisão e suporte dos saldos apresentados em aberto nas datas bases auditadas. Em conformidade com a política da Companhia, equalizando nas datas bases o saldo a receber líquido das estimativas da Companhia de créditos duvidosos e efeito de linearização das receitas de contratos de locação de shoppings centers.
- (b) Segregação de imóveis a comercializar conforme expectativa de realização de vendas de unidades imobiliárias revisada pela Administração. Adicionalmente, foi reclassificado valores referentes a estoques anteriormente classificados na rubrica de imóveis a comercializar, além de reclassificações para as rubricas de imobilizado e propriedades para investimentos.
- (c) Segregação dos saldos de estoques das unidades de varejo e do segmento de hotéis e restaurantes anteriormente apresentados na rubrica de créditos diversos.



- (d) Reconhecimento de complemento de provisão para perdas sobre o saldo a receber junto ao fundo de promoção, ao condomínio e determinados lojistas dos shoppings da Companhia, além da reclassificação dos saldos de estoque mencionada na letra (c).
- (e) A Companhia retificou a forma de apresentar o saldo de impostos e contribuições diferidos ativos e passivos, anteriormente apresentados pelo valor bruto em cada rubrica do ativo e do passivo não circulante, passando a apresentá-los pelo valor líquido, no passivo não circulante, conforme CPC 32. Adicionalmente, sobre todos os demais ajustes, foram reconhecidos os efeitos tributários, substancialmente representados por tributos diferidos.
- (f) Reclassificação de saldo relacionado à imóvel que será destinado à obtenção de receitas de forma recorrente para rubrica de propriedades para investimento. Adicionalmente à Companhia reclassificou saldos de sistemas e aplicativos para a rubrica de intangível.
- (g) Ajustes de valor justo (AVJ) das propriedades para investimento, valores estes em cada data base reapresentada, conforme laudos apresentados pelo avaliador terceiro contratado pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia reclassificou saldos de imobilizado e imóveis a comercializar para esta rubrica, conforme mencionado na letra (f) e (b).
- (h) Reclassificação de gastos com sistema e aplicativos, anteriormente classificados na rubrica de imobilizado.
- (i) Refere-se à provisão de despesas a pagar de competência do exercício de 2016, cujos pagamentos vieram a ocorrer no exercício de 2017. Entre as despesas, destacam-se as despesas com a venda de ativos da Companhia, assessoria jurídica e auditoria.
- (j) A Companhia reavaliou sua expectativa de pagamento das obrigações e concluiu que em 2016 esses pagamentos não ocorreriam em prazo inferior à 365 dias, reclassificando a parcela do passivo circulante para o passivo não circulante.
- (k) Segregação entre passivo circulante e não circulante dos saldos referentes à cessão de direito de uso a apropriar – receita diferida e dos saldos de adiantamento de clientes.
- (l) Complemento de provisões para demandas judiciais.
- (m) Ajuste de linearização da receita e efeito reflexo da amortização dos incentivos cedidos a lojistas, como previsto nas práticas contábeis a alocação como redutora da receita.
- (n) Complemento de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD), conforme mencionado na letra (a), além das despesas mencionadas na letra (i).
- (o) Sobre todos os ajustes de resultado, foram reconhecidos os efeitos tributários, substancialmente representados por tributos diferidos.
- (p) Reflexo dos ajustes de resultado do exercício de 2016 e anteriores da Companhia e de suas controladas.
- (q) A Companhia ajustou o patrimônio líquido dos não controladores de acordo com a participação destes no capital social de controladas da Companhia na data base.
- (r) A Companhia reclassificou os o montante de juros pagos no exercício do grupo de fluxo de caixa das atividades de financiamento para o grupo de fluxo de caixa das atividades operacionais. Adicionalmente, os ajustes identificados acima geraram reflexos nas demais linhas do fluxo de caixa.



Estes ajustes impactaram os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado do exercício, conforme apresentado acima. O efeito líquido dos ajustes registrados na demonstração de resultado, impactou por consequência as demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado dos respectivos exercícios, porém, de forma a não alterar as demonstrações significativamente, exceto aos efeitos sobre as reservas nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, conforme divulgada já considerando as alterações.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da JHSF Participações S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017, conforme apresentadas na Nota 1.3.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intercompanhias, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intercompanhias, são eliminados por completo.

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia possui operações de shopping centers em conjunto com outras sociedades e/ou pessoas físicas, sobre as quais a Companhia consolida os valores de determinadas rubricas referentes às operações desses shoppings centers de acordo com a sua participação nessas operações, conforme contrato entre as partes.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não realizou operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como “moeda funcional”, que é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 - Receitas de	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de



contratos com clientes de receita em transações de contratos com clientes. janeiro de 2018.

CPC 06 (R2) – Refere-se à definição e a orientação do contrato de Exercícios anuais
Arrendamento mercantil arrendamento previsto na IAS17. iniciados a partir de 1º de
janeiro de 2019.

O CPC 47, equivalente ao IFRS 15, define os critérios para mensuração e momento do reconhecimento da receita da Companhia. Atualmente, as empresas do segmento de incorporação imobiliária, em conjunto às entidades que representam o setor, estão empenhadas em esclarecer ao Comitê Internacional de Interpretações das Normas Internacionais de Reporte Financeiro (International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC) que mesmo com a adoção do CPC 47, o momento do reconhecimento da receita sobre os contratos de compra e venda de unidades imobiliárias, não deveria ser alterados, mantendo a forma de apuração de acordo com o critério de transferência de riscos e benefícios de forma contínua, seguindo o modelo de Porcentagem Completada (“Percentage of Completion – PoC”) do empreendimento, como atualmente aplicado pela Companhia. A Administração da Companhia aguarda a conclusão sobre o assunto e espera por um posicionamento formal do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de outros órgãos normativos e reguladores no Brasil, por meio da edição dos correspondentes normativos atualmente existentes, para avaliar os potenciais efeitos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e em seus controles internos, uma vez que caso seja alterado o reconhecimento da receita para o momento da entrega das unidades imobiliárias, ajustes contábeis poderão impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. Conseqüentemente, as demandas do CPC 48 dependem diretamente das conclusões relacionadas às discussões da CPC 47 descritas acima.

A Companhia não espera que essas modificações possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principalmente no que se refere ao reconhecimento de receita, uma vez que a Companhia já adota práticas cujos efeitos contábeis estariam muito próximos àqueles requeridos pelo CPC 06 (R2), bem como para o reconhecimento de receita, conforme CPC 47, quando aplicável. Adicionalmente, em relação ao CPC 48, também na avaliação preliminar da Companhia não se espera que essas modificações possam ter um impacto significativo sobre os seus instrumentos financeiros

Não há outros pronunciamentos ou interpretações de IFRS/CPCs que ainda não entraram em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras que poderiam ter um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Principais práticas contábeis

Receita líquida

Aluguéis, serviços e receita financeira

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação



recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos a seguir para determinar se estão atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfatórios antes de haver reconhecimento de receita:

Receita com aluguéis

A Companhia registra suas operações com locação de lojas como arrendamentos mercantis operacionais. O valor mínimo do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, são reconhecidos na proporção da participação da Companhia em cada shopping, e adicionalmente são avaliados os efeitos das bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independentemente da forma de recebimento.

As receitas de aluguéis resultantes de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil, considerando os potenciais impactos de incentivos aos locatários.

Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação do índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, e um montante obtido através da aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. A diferença entre o valor mínimo e o montante obtido através da aplicação de percentuais sobre a receita bruta de vendas, são considerados pagamentos contingentes e reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos.

Receita de cessão de direitos de uso – Receita diferida

Os valores de cessão de direitos de uso (CDU), líquidos dos montantes pagos por recompra de “pontos comerciais”, são contabilizados como receitas diferidas, no passivo, no momento de sua assinatura, sendo apropriado ao resultado de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel (em média 60 meses) das respectivas lojas a que se referem, a partir do início da locação.

A diferença entre a vigência dos contratos de locação e períodos de pagamentos, é tratada na rubrica de “Receita diferida - Cessão de direito de uso” (Nota 13), com o intuito da receita ser reconhecida de forma linear.

Receita com estacionamento

Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos dos shoppings centers. Essas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência, conforme utilização do espaço do estacionamento pelo cliente, de acordo com tabela de preços por carga horária, sendo cobrado sobre o período utilizado.



Receita com prestação de serviços

Refere-se à prestação de serviços de administração, consultoria, serviços de telefonia e comercialização de energia elétrica para Shopping Centers. As receitas com prestação desses serviços e comercialização são reconhecidas de acordo com o regime de competência, conforme período em que a prestação de serviços e comercialização são executados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de venda de imóveis

Receita de venda de unidades não concluídas

A apropriação do resultado das vendas de imóveis se dá da seguinte forma:

A receita de incorporação imobiliária representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de unidades imobiliárias, e é apresentada líquida dos impostos, dos distratos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas da Companhia, e incluem a atualização monetária dos contratos com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC.

Na venda de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, foram observados os procedimentos e as normas estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 30 para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à sua propriedade. O enquadramento dos contratos de venda dos empreendimentos para fins de aplicação da referida norma foi efetuado com base na orientação técnica OCPC 04, a qual norteou a aplicação da interpretação técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileira.

A partir das referidas normas, e levando em consideração os procedimentos contábeis aplicáveis previstos pela orientação técnica OCPC 01 (R1), a Companhia utiliza o método de porcentagem de conclusão da obra (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária.

O uso desse método requer que sejam estimados os custos a serem incorridos até o término da construção e a entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos.



Para a determinação do montante a ser reconhecido como receita de vendas de unidades não concluídas, a Companhia apura o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, em relação a seu custo total orçado até o final da obra e entrega das chaves, e aplica o percentual sobre o valor justo da venda das unidades vendidas, reconhecendo as receitas de vendas e os custos relacionados à unidade imobiliária vendida, no resultado do exercício, em contrapartida do contas a receber.

O valor do contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas deduzidas das parcelas recebidas e da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e/ou provisão para distratos. Caso o montante das parcelas recebidas seja superior ao da receita acumulada reconhecida, a diferença é alocada como adiantamento de clientes, no passivo, assim como os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação.

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado pela evolução financeira do empreendimento.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidos no resultado no exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía empreendimentos do segmento de negócios imobiliários cuja construção não estivesse 100% concluída. Desta forma, para os respectivos exercícios, não foi requerida a aplicação e o enquadramento aos procedimentos e as normas estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 30 para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à sua propriedade e à consequente utilização da orientação técnica OCPC 04 e da interpretação técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras.

Receita de venda de unidades concluídas

Nas vendas de unidades concluídas, a receita de venda e o respectivo custo das unidades concluídas são reconhecidos no resultado do exercício no momento da entrega das chaves, quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à sua propriedade são transferidos. Após a entrega das chaves das unidades comercializadas, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, IPCA ou pelo CDI, apropriados de forma "pro rata temporis". Nessa fase, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía empreendimentos do segmento de negócios imobiliários cuja construção não estivesse 100% concluída.



Receita de hospedagem

Receita de hospedagem e consumo em hotéis

Refere-se à receita com diárias em quartos e apartamentos dos hotéis Fasano, além do consumo de alimentos e bebidas e outros serviços de concierge prestados pelos hotéis.

As receitas com hospedagem são reconhecidas quando os quartos estão ocupados ou os serviços são executados, sendo registradas diariamente até a data de “check-out”.

Receita de restaurantes

Receita de consumo de alimentação e bebidas

Refere-se à receita com venda de alimentação e bebidas nos restaurantes do conglomerado JHSF.

As receitas com alimentação e bebidas são reconhecidas quando: i) consumidas pelos compradores; ii) quando a importância da receita pode ser mensurada com segurança; e iii) seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação sejam repassados à Companhia e/ou suas controladas.

Investimentos (Controladora)

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, quando há influência significativa ou controle da Companhia sobre a administração das investidas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não detinha controle das seguintes coligadas: i) Valentino Brazil – Comércio de Artigos de Luxo Ltda., e ii) São Sebastião do RJ Adm. Hoteleira., ambas com 20% de participação societária. As demais sociedades registradas na rubrica de investimentos são controladas pela Companhia.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controladas é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição, adicionado das variações ocorridas no patrimônio líquido e no resultado das controladas, após a aquisição da participação societária.

As informações financeiras das controladas e coligadas, foram elaboradas para o mesmo período da Companhia, aplicando práticas contábeis uniformes. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis, fiquem de acordo com as práticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

Mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando existentes.



Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, se necessário.

Os principais itens do ativo imobilizado, assim como a taxa de depreciação anual, estão descritos na Nota 8.

Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por empreendimentos em shopping centers, conforme detalhados na Nota 1, mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital, e são inicialmente mensuradas ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo custos da transação.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são apresentadas ao seu valor justo (conforme Nível 3 na classificação de Hierarquia do valor justo – Nota 23.2), apurados de forma individual a cada shopping center, utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado, atualizado internamente e registrado contabilmente a cada trimestre, com atualização anual por empresa especializada independente. Na determinação das taxas de desconto de cada shopping center, é levado em consideração o custo de oportunidade para o empreendedor, considerando o nível de risco do empreendimento, a perpetuidade dos fluxos, o crescimento real esperado pela Companhia em suas projeções e uniformes ao esperado pelo mercado.

Especificamente para os terrenos, cujos projetos ainda não encontram-se em desenvolvimento, a Companhia registrou o valor justo, suportada por empresa especializada, com base no método comparativo direto de mercado, para avaliação do preço de terrenos em áreas próximas, através de cotações e outras informações (nível 3 na classificação do valor justo).

A diferença entre o valor de custo registrado para o valor justo calculado é reconhecida diretamente em conta do resultado, no período em que foram apurados, a título de ganho ou perda com valor justo das propriedades para investimento.

Vide Nota 9 para maiores detalhes sobre a determinação do valor justo dos empreendimentos, calculado para o exercício atual.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda (impairment). Quando da ocorrência de uma venda de propriedade para investimento ou parte dela, a diferença entre o valor líquido apurado entre a receita de venda e o seu respectivo valor contábil é reconhecida no resultado no período da baixa. Transferências para as ou das contas do ativo imobilizado ou estoques para a ou da conta de propriedades para investimento, apenas quando houver uma mudança no seu uso e/ou intenção de uso pela administração.



Imóveis a comercializar

Referem-se a todo o custo de aquisição ou permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada) e outros custos de construção relacionados, incluindo encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção, necessários para a realização do empreendimento de incorporação imobiliária.

Ativos intangíveis e ágio

Ativos Intangíveis e ágio - Mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e eventuais perdas do valor recuperável. Os ágios, que possuem como fundamento econômico a rentabilidade futura (sem prazos definidos) estão sujeitos a teste de avaliação do valor recuperável anualmente ("impairment").

Ativo não circulante disponível para a venda e operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como disponível para a venda e operações descontinuadas se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo disponível para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia alterem esse período.

O ativo não circulante mantido para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

Os ativos, passivos e o resultado das operações descontinuadas relacionados aos ativos disponíveis para venda são apresentados em linhas únicas no ativo, no passivo e na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros – "Impairment"

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.



Os principais ativos não financeiros da Companhia referem-se às PPI's, as quais estão registradas ao seu valor justo, dessa forma, qualquer redução em seu valor, esse montante é reconhecido contabilmente como ajuste ao valor justo, ou seja, tal registro já demonstra o potencial efeito de impairment que poderia ser reconhecido. Os demais ativos não financeiros referem-se ao aeroporto, hotéis e restaurantes, dos quais estão registrados a valor de custo.

Na estimativa do valor em uso do ativo, quando aplicável, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço do ativo em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Impostos

Impostos indiretos (PIS, COFINS, ISS e ICMS)

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- (a) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- (b) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- (c) Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Para as sociedades que utilizam a sistemática do lucro real, a Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 1,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS. O Imposto Sobre Serviços – ISS é calculado pelas alíquotas entre 2% a 5%, o percentual altera de acordo com cada município. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é calculado pelas alíquotas entre 20% e 30%, o percentual altera de acordo com cada estado.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido.

Conforme facultado pela legislação tributária, algumas controladas da Companhia optaram pelo lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do IRPJ é calculada a razão de 8% (incorporação imobiliária, inclusive atualização



monetária) e 32% (prestação de serviços e locações), a da CSLL a razão de 12% (incorporação imobiliária), 32% (prestação de serviços e locações) e 100% sobre as demais receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos tributos.

Adicionalmente, como também facultado pela legislação tributária, certas controladas efetuaram a opção irrevogável pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS sobre as receitas, a partir da Medida Provisória nº 601). Parte dos ativos do segmento de incorporação da Companhia, 3,41%(14,25% em 31.12.2015), como facultado pela Lei nº 10.931/04.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativo e passivo contingentes

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que se questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. As parcelas recebidas por esses arrendamentos operacionais são reconhecidas (líquidos de quaisquer incentivos pagos as arrendadoras) na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos arrendamentos.



Outros ativos e passivos (circulante e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram elaboradas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média mensal das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho



serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros (IAS 39).

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação. Esses



ativos financeiros são representados, principalmente pelas aplicações, classificadas na rubrica de equivalentes de caixa e por quotas de fundos imobiliários classificados na rubrica de títulos e valores mobiliários (Nota 4).

Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalente de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis (saldos em contas correntes bancárias) e aplicações financeiras junto a instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Caso a aplicação financeira não se enquadre nesses critérios, ela é classificada como títulos e valores mobiliários ("TVM"), no balanço patrimonial.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, como por exemplo, o saldo de contas a receber.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Contas a receber e perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Contas a receber

Consistem, substancialmente, em: i) aluguéis a receber dos lojistas dos Shopping Center, e na cessão de direito de uso (CDU) correspondente aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia; ii) valores a receber por venda de imóveis; iii) valores a receber de hospedagem em hotéis; e iv) valores a receber por venda de alimentos e bebidas em restaurantes.

O saldo de contas a receber de clientes ficam classificados no circulante, quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos. Caso contrário, estarão apresentados no ativo não circulante. Os saldos de contas a receber são, inicialmente, reconhecidos através dos valores presentes conforme os critérios da Nota 3.1.

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A Companhia possui como política registrar provisões para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para todo o saldo a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Atividades de shoppings centers e locações comerciais - Clientes que apresentem títulos vencidos há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias, mas que não tenham sido renegociados. Essa avaliação considera análises individuais dos clientes, acordos, renegociações de dívidas, perdas históricas, perspectivas de recebimentos, dentre outras.



Atividade de venda de imóveis – Análise individual dos clientes considerando-se o percentual de inadimplência do saldo vencido em relação ao total da venda para mensuração do percentual necessário de provisão, em adição às análises individuais de clientes, conforme demonstrado abaixo:

Índice de inadimplência	% de provisão
De 0% a 9%	-
De 10% a 20%	10%
De 21% a 30%	20%
De 31% a 50%	40%
De 51% a 70%	50%
De 71% a 100%	60%

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Administração da Companhia considera a provisão para perda estimada com créditos de liquidação suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber.

c) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

d) Análise de recuperabilidade

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do



empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Passivos financeiros – não derivativos

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações com parceiros em empreendimentos e débitos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures, inicialmente registrados ao seu valor justo menos o custo da transação e sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. As despesas com juros desses empréstimos e debêntures, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de despesas financeiras, no momento da sua competência mensal, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.



O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

A metodologia e o valor justo dos principais instrumentos financeiros da Companhia estão demonstrados na Nota 23.2, os quais foram classificados substancialmente como Nível 2 de acordo com a Hierarquia de avaliação do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

As operações da Companhia compreendem, substancialmente:

A administração de Shopping Centers (empreendimentos), o aluguel das lojas objeto dos empreendimentos e outros serviços correlatos;

- i) venda de unidades imobiliárias;
- ii) prestação de serviços de hospedagem e serviços correlatos; e
- iii) venda de alimentos e bebidas.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito, relacionado com as contas a receber de clientes (lojistas), de fundo de promoção e de condomínio e associações de lojistas dos empreendimentos que opera; com as contas a receber de compradores de imóveis, das transações envolvendo pagamentos dos serviços com cartões de crédito e/ou cartões de débito nos hotéis e restaurantes.

Adicionalmente a Companhia está sujeita ao risco de crédito envolvendo suas aplicações financeiras classificadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, assim como as aplicações financeiras classificadas na rubrica de títulos e valores mobiliários.

b) Risco de preço e condições de mercado

As receitas da Companhia dependem diretamente da capacidade em locar os espaços disponíveis nos shoppings centers em que participa, da capacidade de venda de unidades imobiliárias, da capacidade em ocupar os leitos disponíveis em seus hotéis e do fluxo de pessoas em seus restaurantes.

Condições adversas, assim como períodos de recessão e/ou percepção negativa dos locatários/clientes acerca da segurança, conveniência e atratividade das áreas onde os empreendimentos estão instalados, podem reduzir os níveis de locação, a quantidade de unidades imobiliárias vendidas, a ocupação em hotéis e a venda de alimentos e bebidas em seus restaurantes, bem como restringir a possibilidade de aumento dos respectivos preços, afetando assim a geração de receita da Companhia.



A Administração monitora periodicamente esses riscos para minimizar os impactos em seus negócios.

Os contratos de locação são regidos pela lei de locações. Para tanto, cabe destacar que a seletividade e diversificação da carteira de clientes e o monitoramento dos saldos são procedimentos que a Companhia adota com o objetivo de minimizar perdas por inadimplência.

A concentração de risco de crédito de contas a receber para os segmentos de renda recorrente e hotéis e restaurantes é minimizada devido pulverização da carteira de clientes, uma vez que a Companhia não possui cliente ou mesmo conglomerado empresarial, representando mais de 2,5% do faturamento consolidado.

Para o segmento de negócios imobiliários, a Companhia não possui cliente ou mesmo conglomerado empresarial, representando mais de 10% do faturamento consolidado.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada individualmente para cada empresa do consolidado. A Companhia monitora as previsões contínuas de exigência da liquidez dessas empresas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender s suas necessidades operacionais.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Um dos principais índices para monitorar a estrutura de capital é o índice de alavancagem financeira.

Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações com parceiros e débitos com partes relacionadas, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e créditos com partes relacionadas.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:



Descrição	Consolidado	
	2017	2016
		Reapresentado
Empréstimos e financiamentos (Nota 11.1)	659.382	815.775
Debêntures (Nota 11.2)	719.944	715.531
Obrigações com parceiros em empreendimentos (Nota 12)	125.312	125.312
Débitos com partes relacionadas (Nota 15)	55.113	95.230
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(9.126)	(69.653)
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(23.786)	(38.536)
Créditos com partes relacionadas (Nota 15)	(96.550)	(65.533)
Dívida líquida (A)	1.430.289	1.578.126
Total do patrimônio líquido (B)	2.134.783	2.177.904
Total do capital (C) = (A) + (B)	3.565.072	3.756.030
Índice de endividamento líquido - % (A/C)	40%	42%

A gestão do capital e de caixa não é realizada ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando proteção, segurança e liquidez. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes de mercado.

Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversas demandas e processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de



perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

* * * * *

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6.a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

Devido ao método de realização de receitas pertinentes as incorporações imobiliárias, conforme mencionado no item 10.5, existem vendas contratadas de empreendimentos já lançados que ainda não foram totalmente registrados nas receitas em contrapartida do 'contas a receber', bem como a obrigação de construção dessas unidades, permanecendo assim saldos a realizar não registrados no balanço patrimonial, conforme tabela abaixo:

R\$' milhões	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Receitas de vendas contratadas a apropriar	26.43	6.05	-
Compromissos de construção com unidades vendidas a apropriar	15.2	(3.5)	-
Despesas com vendas a apropriar	1.1	1.7	-

Trata-se do quanto falta a reconhecer da receita, custos e despesas das incorporações, considerando apenas o que foi vendido (sistema (POC) de contabilização) das demonstrações financeiras completas e na linha 'despesas com vendas a apropriar' do balanço patrimonial dos anos de 2016 e 2015.

O saldo de contas a receber a serem apropriadas no Balanço Patrimonial (*off-balance*) dos anos de 2016 e 2015 pode ser demonstrado na tabela abaixo:

R\$' milhões	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Contas a receber reconhecidas (Balanço Patrimonial)	560.9	564.7	-
Contas a receber a serem apropriadas (backlog, off-balance)	51.5	(3.8)	-
Adiantamento de clientes (Balanço Patrimonial)	(17.3)	(8.7)	-
Total de contas a receber com venda de Imóveis	595.2	552.2	-

(*) A tabela acima apresenta apenas os números da divisão de Incorporações.

10.6.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.



* * * * *

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados

10.7.a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Vide efeitos evidenciados no item 10.6.a.

10.7.b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide efeitos evidenciados no item 10.6.

* * * * *

10.8 - Plano de negócios

10.8.a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

A Administração recomenda que o Orçamento de Capital da Companhia para 2018 seja de R\$101,2 milhões, para fins de investimento nas divisões de negócios em que a Companhia e suas controladas operam, destacadamente na divisão de Renda Recorrente (R\$71,2 milhões) e no Aeroporto (R\$30 milhões).

A Companhia utilizará como fonte de recursos sua geração de caixa operacional.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e geração de caixa operacional.

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia utilizará recursos provenientes da geração de caixa operacional e de atividades de financiamento disponíveis no mercado, incluindo eventualmente acesso ao mercado de capitais brasileiro.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Nesta data, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.



10.8.b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Nesta data, não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

Em relação a ativos, a Companhia celebrou em 5 de fevereiro de 2017, contrato de compra e venda para adquirir imóvel com a finalidade de expandir a área do Shopping Cidade Jardim. Para mais informações a respeito deste contrato, vide itens 3.3 e 7.1 do Formulário de Referência Companhia.

10.8.c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia tem como projeto, a criação do Cidade Jardim Shops, shopping de luxo na região dos jardins da cidade de São Paulo, com as principais marcas nacionais e internacionais que já existem no Shopping Cidade Jardim.

A Companhia, ainda, planeja expandir o Catarina Fashion Outlet com a criação de mais espaço para as lojas, cinema, praça de alimentação e entretenimento em geral.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Até 31 de dezembro de 2017, para a expansão do Shopping Catarina foram gastos R\$1.120 mil e para o Cidade Jardim Shops R\$78.300 mil.

* * * * *



10.9 - Outros fatores com influência relevante

(A) Reestruturação Societária

Como parte da estratégia da Companhia, a Administração vem realizando reestruturações societárias desde 2016 entre as controladas diretas e indiretas da Companhia.

As transações referentes às reestruturações societárias foram realizadas entre empresas sob o mesmo controle, e dessa forma, foram realizadas a valores contábeis, à luz do ICPC09, não sendo gerado nenhum ganho ou perda nas transações. Especificamente em relação aos valores de propriedades para investimentos, os valores contábeis se equivalem ao seu valor justo, conforme prática contábil adotada pela Companhia.

A seguir descrevemos as principais transações envolvendo as controladas diretas e indiretas e a própria Companhia realizadas nos exercícios de 2017 e 2016.

a) Incorporação reversa da JHSF Shoppings Ltda. pela JHSF Malls S.A. (anteriormente denominada Shopping Cidade Jardim S.A.):

Em 18 de novembro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia e da JHSF Incorporações S.A. aprovaram a incorporação da JHSF Shoppings Ltda. pela JHSF Malls S.A. (anteriormente denominada Shopping Cidade Jardim S.A.), em um processo de simplificação da estrutura societária e redução dos custos, tendo em vista a sinergia de esforços, com a transferência da totalidade dos ativos, direitos e obrigações da JHSF Shoppings Ltda. para a JHSF Malls S.A.

b) Cisão de imóvel e de sociedade (propriedade para investimento) (em 2016)

Em 05 de dezembro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram a cisão parcial de sua controlada indireta JHSF Malls S.A. (anteriormente denominada Shopping Cidade Jardim S.A.), de parcela equivalente a 33% de sua propriedade para investimento no montante de R\$413.028, bruto dos impostos diferidos passivos sobre a variação do valor justo no valor de R\$87.324, resultando na transferência de acervo líquido em montante igual a R\$325.704 para a Companhia.

c) Cessão onerosa de controladas (em 2017)

Em 30 de novembro de 2017, a JHSF Malls S.A. realizou a cessão onerosa integral de suas participações nas controladas: Soberana Administradora de Bens Ltda., Shopping Vila Madalena Ltda. e Companhia Urbanizadora Jardim Panorama Ltda., cujas participações haviam sido obtidas por meio da incorporação da JHSF Shoppings Ltda. para a Polônia Incorporações Ltda., controlada da Companhia.

d) Incorporações e aportes de controladas (em 2017)

d.1) Em 31 de dezembro de 2017, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, considerando a intenção de segregar as sociedades por segmento de atuação e simplificar sua estrutura societária, a Companhia concentrou as sociedades que atuam no segmento de renda recorrente (basicamente, shoppings centers), transferindo ativos e participações societárias para a JHSF Malls S.A. (anteriormente denominada Shopping Cidade Jardim S.A.), com o objetivo de montar uma estrutura única e específica para esse setor, além de reduzir seus custos



internos e maximizar a sinergia das empresas sob o mesmo controle. A seguir, descrevemos as operações societárias realizadas para o segmento de Shopping Centers:

- Incorporação da Vila Catarina S.A., pela JHSF Malls S.A., anteriormente controlada pela JHSF Incorporações;
- Transferência para a JHSF Malls S.A. do controle acionário das seguintes empresas: Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços - CAES, da Sociedade Administradora de Estacionamento e Serviços S.A. - SAES, da Sustenta Comercializadora de Energia S.A., da Sustenta Telecomunicações Ltda. e da Cidade Jardim Comércio Digital, por meio de recebimento de aporte de capital da JHSF Incorporações, controlada direta da Companhia, que também contribuiu com outros ativos, dentre eles o terreno que será utilizado na expansão do Shopping Catarina Fashion Outlet, e passivos relacionados à operação de shopping centers e que integravam o balanço patrimonial da JHSF Incorporações;
- Transferência do controle acionário do Shopping Bela Vista S.A., antiga JHSF Salvador Empreendimentos e Incorporações S.A., proprietária de 51% sobre determinadas rubricas da sua operação, inclusive do ativo relacionado ao Shopping Bela Vista; e do Shopping Ponta Negra Ltda., antiga JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda., proprietária de 80% da operação, inclusive do ativo relacionado ao Shopping Ponta Negra. Estas transferências ocorreram por meio de contrato de cessão onerosa assinado entre a Companhia e a JHSF Malls S.A. O valor do acervo líquido transferido foi de R\$470.406, com um valor a receber da JHSF Malls S.A. de R\$300.000 (Nota 15);

d.2) Também com o intuito de segregação do segmento de Negócios Imobiliários, em 2017, a Companhia concentrou parte das sociedades que atuam no segmento por meio da sua controlada Polônia Incorporações Ltda. A seguir demonstramos as principais movimentações societárias do segmento:

- Incorporação das sociedades Ferrara Incorporações Ltda., Chakras Desenvolvimento Imobiliário Ltda. e Lyon Administradora de Bens Ltda. pela controlada indireta Canárias Administradora de Bens Ltda.
- Transferência de ativos e passivos relacionados ao segmento de Negócios Imobiliários da JHSF Incorporações Ltda. para Polônia Incorporações Ltda. ambas controladas diretas da Companhia. Dentre os ativos transferidos, destacam-se as participações societárias na sociedades Capri Administradora de Bens Ltda., Milano Administradora de Bens Ltda., Parque Catarina Incorporações Ltda., Canárias Administradora de Bens Ltda. e Soberana Administradora de Condomínios Ltda.

d.3) Com o intuito de reduzir a quantidade de sociedades e seus respectivos custos, a Companhia também realizou movimentações societárias nas sociedades do segmento de aeroporto. A saber:

- Incorporação das sociedades Torino Administradora de Bens Ltda., Jus Agendis Administradora de Bens Ltda., Ipatinga SP Participações S.A. e Ibidem Administradora de Bens Ltda. pela JHSF Administradora do Catarina Aeroporto Executivo S.A., controlada direta da Companhia.

A reestruturação societária mencionada acima, em 2017, não acarretou em mudança na posição patrimonial individual e consolidada da Companhia.



(B) Operações descontinuadas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a venda dos ativos que detinha no exterior, de acordo com os termos da Proposta Vinculante aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 19 de janeiro de 2016, gerando o seguinte resultado:

	JHSF NY	JHSF USA	JHSF Uruguay	JHSF Internac.	JHSF NY II	Total
Valor de venda	24.409	1.211	48.700	722	8.151	83.193
Taxa de câmbio no fechamento da operação	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041
Valor da venda em reais	85.533	4.242	170.650	2.530	28.562	291.517
Custos das sociedades transacionadas						
Investimento	(39.275)	(1.760)	(67.569)	(3.027)	(29.913)	(141.544)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(54.637)	(3.545)	(79.702)	-	-	(137.884)
Custo total das sociedades transacionadas (R\$)	(93.912)	(5.306)	(147.271)	(3.027)	(29.913)	(279.428)
Resultado da operação	(8.379)	(1.064)	23.379	(497)	(1.351)	12.089
Variação cambial acumulada no patrimônio líquido	33.255	(11.912)	93.816	-	15.846	131.005
Resultado da operação antes de ajustes contratuais	24.876	(12.975)	117.194	(497)	14.495	143.094
Transferência adicional de dívida - Uruguay (USD 8.460)	-	-	(27.465)	-	-	(27.465)
Ajuste de preço JHSF NYII (USD 2.950)	-	-	-	-	9.576	9.576
Resultado da transação da venda das sociedades	24.876	(12.975)	89.730	(497)	24.071	125.206
Resultado líquido das entidades até a data da transação (a)	-	-	-	-	-	9.711
Total do resultado de operações descontinuadas						134.917

As principais linhas da demonstração de resultado e do fluxo de caixa na data da venda, estão demonstradas a seguir:

	Nota	2016
Receita operacional líquida	19	639
Custos	20	(2.808)
Resultado bruto		(2.169)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	20	(1.691)
Despesas comerciais	20	(17)
Outras despesas operacionais	21	14.335
Resultado Operacional		10.457
Despesas financeiras	22	(1.500)
Receitas financeiras	22	1.146
Resultado antes dos impostos		10.103
IR e CSLL Diferido	16.2	(392)
Resultado líquido do exercício		9.711

Adicionalmente, os saldos de ativos e passivos de 01.01.2016 estão apresentados líquidos dos ativos e passivos relacionados a operações destinadas à venda. Cabe salientar que estes saldos não estão sendo reapresentados.

A seguir demonstramos os ativos e passivos, na controladora, relacionados às operações destinadas à venda:

	Controladora
	01.01.2016
Investimentos (Nota 7)	144.067
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 15)	137.182
	281.249
Débitos com partes relacionadas (Nota 15)	(114.939)
Ativos (passivos) líquidos	166.310



A seguir demonstramos os ativos e passivos, no consolidado, relacionados às operações destinadas à venda:

Ativos			Passivos		
Circulante	Nota	01.01.2016	Circulante	Nota	01.01.2016
Contas a receber	5	4.218	Fornecedores		2.675
Imóveis a comercializar	6	1.062	Empréstimos e financiamentos	11.1	82.996
Créditos diversos		2.155	Adiantamento de clientes	14	1.053
Impostos e contribuições a recuperar		3.018	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		8.740
Total do ativo circulante		10.454	Débitos com partes relacionadas	15	58.572
Imóveis a comercializar	6	278.592	Total do passivo circulante		154.036
Créditos diversos		1.476			
Imobilizado	8	511.583	Não circulante		
Contas a Receber	5	2.194	Empréstimos e financiamentos	11.1	609.233
Total do ativo não circulante		793.846	Total do passivo não circulante		609.233
Total do ativo		804.300	Total do Passivo		763.269

Em 21 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a alienação de 100% das ações de sua controlada Companhia Metrô Norte, detentora das operações do Shopping Metrô Tucuruvi.

Adicionalmente, em 29 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a venda desta parcela da propriedade para investimento do Shopping Cidade Jardim.

O resultado dessas alienações, no exercício de 2016, estão demonstrados a seguir:

	Metrô Tucuruvi - Cia. Metro Norte	Shopping Cidade Jardim - 33%	Total
Valor de Venda	415.000	410.000	825.000
Custos			
Custo histórico do investimento	(84.564)	(235.162)	(319.726)
Valor justo líquido acumulado	(293.551)	(177.866)	(471.417)
Abatimento de dívidas	(217.821)	-	(217.821)
Outros ajustes de preço	(19.986)	-	(19.986)
Reversão de IR diferido sobre valor justo	-	87.324	87.324
Custo total	(615.922)	(325.704)	(941.626)
Resultado da operação	(200.922)	84.296	(116.626)



ANEXO 2 – INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

1. Informar o Prejuízo Líquido do exercício

R\$ 27.270.000,00

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio (“JCP”) já declarados

Não foram antecipados ou declarados.

3. Informar o percentual do Lucro Líquido do exercício

Não houve Lucro Líquido.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. Valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Não há.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio:

Não se aplica.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.



6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em apurados em balaços semestrais ou em períodos menores

Não se aplica.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro Líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Não houve Lucro Líquido nos 3 últimos exercícios.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R\$'000	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Lucro Líquido ¹	(27.270)	(260.187)	104.302
Dividendos Distribuídos	0	0	0
Valor por Ação	0	0	0

¹ Lucro Líquido incluindo Lucros a Realizar decorrentes do reconhecimento do Valor Justo das Propriedades para Investimento.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a Reserva Legal

Não se aplica

b. Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal

Não se aplica

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme dispõe o artigo 29 do Estatuto Social:

“Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:



I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor e a Assembleia Geral aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos deste artigo, poderá ser paga por deliberação do Conselho de Administração, aos Administradores, uma participação no lucro semestral, ad referendum da Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros de exercícios anteriores, assim mantidos por força de deliberação da Assembleia Geral, depois de atribuído em cada exercício, aos acionistas, o dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 4º - A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intercalares a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ad referendum da Assembleia Geral. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 5º - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas e reverterão em favor da Sociedade.

Parágrafo 6º - O Conselho de Administração deliberará sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.

Parágrafo 7º - A Companhia poderá realizar o pagamento de dividendos em dinheiro e/ou em outros ativos, por deliberação e conforme os critérios a serem definidos pelo Conselho de Administração.”



Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do Lucro Líquido do exercício, a administração poderá propor e a Assembleia Geral aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei 6.404/76).

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Vide item 3, acima.

c. Informar o montante eventualmente retido

Vide item 15, abaixo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: a. Informar o montante da retenção; b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a. Identificar o montante destinado a reserva; b. Identificar a perda considerada provável e sua causa; c. Explicar porque a perda foi considerada provável; e d. Justificar a constituição da reserva.

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para Reserva de Lucros a Realizar: a. Informar o montante destinado à Reserva de Lucros a Realizar; e b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Em decorrência do prejuízo contábil apurado em 2017, a Administração propõe que o prejuízo seja absorvido pelas Reservas de Lucro.

a. A natureza dos lucros não realizados que foram adicionados à Reserva de Lucros decorrem do reconhecimento do Valor Justo de determinadas propriedades para investimento.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias: a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; b. Identificar o montante destinado à reserva; e c. Descrever como o montante foi calculado.

Não se aplica.



15. Retenção de lucros prevista em Orçamento de Capital

Excluindo o reconhecimento do Valor Justo de determinadas Propriedades para Investimento, não houve retenção de lucros. O Orçamento de Capital do ano de 2017 é apresentado no **ITEM 2 DA ORDEM DO DIA** desta Proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a. Informar o montante destinado à reserva; e b. Explicar a natureza da destinação.

Não se aplica.



ANEXO 3 – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: “REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES”

JHSF

Índice

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	1
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	5
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	9
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	11
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	27
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	29
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	30
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	32
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	33
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	34
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	35
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	36
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	37
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	38
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	39
13.16 - Outras informações relevantes	40

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) a composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

O Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, quando instalado, e o Comitê de Auditoria da Companhia recebem apenas remuneração fixa, de acordo com o montante global máximo aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Os membros do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, quando instalado, e do Comitê de Auditoria da Companhia podem ser beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme programas específicos a serem aprovados pela Companhia.

Os membros da Diretoria têm sua remuneração dividida em:

- i. Remuneração fixa composta de uma remuneração base equivalente ao montante pago mensalmente, incluindo-se honorário adicional em dezembro de cada ano.
- ii. Remuneração variável é o mecanismo de recompensa em relação ao atingimento ou superação dos objetivos definidos pela administração da Companhia. A definição do montante a ser pago a título de bônus se dá por meio do estabelecimento de metas globais vinculadas ao resultado da empresa e de metas individuais.
- iii. Pacote de benefícios diretos e indiretos compostos de assistência médica e odontológica, refeição no local e seguro de vida.
- iv. Plano de Opção de Compra de Ações de acordo com programas específicos aprovados pela Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

De acordo com a tabela abaixo, as proporções para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram:

31/12/2017	% em relação a remuneração total do valor pago a título de				
	Remuneração Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios	Total
Conselho de Administração	94,04%	0,00%	0,00%	5,96%	100,00%
Conselho Fiscal ¹	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	81,25%	15,24%	0,00%	3,51%	100,00%
Diretoria não Estatutária	86,82%	0,00%	0,00%	13,18%	100,00%
Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

¹ A partir da Assembleia Geral Ordinária de 2018, a Companhia deliberará pela não instalação do Conselho Fiscal.

iii. Metodologia de cálculo e reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avaliações apresentadas pelo próprio Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

Não há metodologia específica de cálculo para o Comitê de Auditoria da Companhia, além do montante global estabelecido em Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o orçamento.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (quando instalado) e Comitê de Auditoria da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão, atrair e reter os melhores profissionais do segmento que a Companhia atua e incentivar a superação dos objetivos estabelecidos pelo planejamento, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração variável e a baseada em ações visam alinhar os interesses dos Administradores e os dos acionistas no atingimento de resultados.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros da Diretoria não remunerados pela Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração fixa da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, e do Comitê de Auditoria é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, não havendo vínculo com indicadores de desempenho.

A remuneração variável da Diretoria se baseia no atingimento de metas de desempenho da Companhia (lucro e geração de caixa) e no desempenho individual. A remuneração variável é paga a partir de índices mínimos de atingimento destes parâmetros.

Os indicadores utilizados pela Companhia para aferir o desempenho, no que diz respeito às parcelas variáveis da remuneração, se baseiam em: (a) EBITDA; (b) geração de caixa; e (c) lucro líquido. Referente à performance individual dos Diretores, os indicadores utilizados se baseiam em: (a) plano de metas compartilhadas, definidas e aprovadas para o exercício; e (b) avaliação comportamental de competências e aderência aos princípios e valores da Companhia, realizada pelo Conselho de Administração.

(d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A estrutura da remuneração variável está baseada nas metas projetadas em linha com o plano estratégico da Companhia. A avaliação de desempenho é anual, sendo realizada, preferencialmente, no 1º trimestre referente ao desempenho do exercício anterior.

(e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia:

O alinhamento de interesses entre a Companhia e seus administradores se dá, fundamentalmente, pela estrutura de remunerações variável e baseada em ações, que são pautadas principalmente no atingimento de resultados financeiros planejados e metas individuais, que são traçadas visando à maior eficiência e competitividade da Companhia.

A remuneração variável anual dos Diretores leva em consideração o resultado atingido no âmbito do plano de metas para o referido exercício e as avaliações individuais, conforme informando acima.

(f) remuneração suportada por subsidiárias, controladas e ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(g) remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários:

Não há.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,08	1,00	11,08
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.886.119,39	2.724.830,97	102.530,35	4.713.480,71
Benefícios direto e indireto	150.226,76	241.667,02	0,00	391.893,78
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	688.451,97	1.007.780,63	29.469,65	1.725.702,25
Descrição de outras remunerações fixas	* Outros: Retenção INSS + IRRF	* Outros: Retenção INSS + IRRF	* Outros: Retenção INSS + IRRF	
Remuneração variável				
Bônus	1.341.433,40	2.546.777,47	0,00	3.888.210,87
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	508.819,56	72.225,93	0,00	581.045,49
Descrição de outras remunerações variáveis	** Outros: Retenção IRRF	** Outros: Retenção IRRF		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.575.051,08	6.593.282,02	132.000,00	11.300.333,10

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,75	3,00	13,75
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	888.077,38	3.167.611,85	305.604,77	4.361.294,00
Benefícios direto e indireto	76.490,33	187.113,82	0,00	263.604,15
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	319.712,62	1.169.965,15	90.395,23	1.580.073,00

Descrição de outras remunerações fixas	* Outros: Retenção INSS + IRRF	* Outros: Retenção INSS + IRRF	* Outros: Retenção INSS + IRRF	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	589.914,37	0,00	589.914,37
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	223.760,63	0,00	223.760,63
Descrição de outras remunerações variáveis		** Outros: Retenção IRRF		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.284.280,33	5.338.365,82	396.000,00	7.018.646,14

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	3,42	3,00	13,09
Nº de membros remunerados	6,67	3,42	3,00	13,09
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.407.326,17	4.599.957,75	396.000,00	6.403.283,92
Benefícios direto e indireto	74.129,96	198.561,09	0,00	272.691,05
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	560.000,00	0,00	560.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01/2016.	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01/2016. A diferença entre a remuneração prevista e realizada no exercício de 2016 decorre essencialmente: (i) da renúncia de 1 (um) diretor estatutário, em Maio/2016, e sua não reposição; e (ii) do não pagamento de bônus por desempenho aos executivos, tendo em vista que as metas da Companhia não foram atingidas. Foram pagos apenas bônus garantidos.		
Total da remuneração	1.481.456,13	5.358.518,84	396.000,00	7.235.974,97

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	3,83	3,00	13,16
Nº de membros remunerados	6,33	3,83	3,00	13,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.316.101,83	4.706.097,49	360.000,00	6.382.199,32
Benefícios direto e indireto	64.872,36	206.605,24	0,00	271.477,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.069.758,88	0,00	2.069.758,88
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01- 2013	Número de membros calculado de acordo com as instruções do Ofício Circular CVM/SEP/01/2013.		
Total da remuneração	1.380.974,19	6.982.461,61	360.000,00	8.723.435,80

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

<i>Valores Previstos para 2018</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,00	3,08	1,00	11,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.850.253	2.619.003		4.469.256
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.850.253	2.619.003		4.469.256
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.850.253	2.619.003		4.469.256
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.850.253	2.619.003		4.469.256

<i>Valores Realizados em 2017</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,00	3,75	3,00	13,75
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	813.675	N/A	813.675
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	813.675	N/A	813.675
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	813.675	N/A	813.675
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	813.675	N/A	813.675

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

<i>Valores Realizados em 2016</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	6,67	3,42	3,00	13,08
Bônus				Valores Realizados em 2017+L5:M18
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	560.000	N/A	560.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	560.000	N/A	560.000
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A		N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	560.000	N/A	560.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	560.000	N/A	560.000

<i>Valores Realizados em 2015</i>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	6,33	3,83	3,00	13,16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.069.759	N/A	2.069.759
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	2.069.759	N/A	2.069.759
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A		N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.069.759	N/A	2.069.759
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	2.069.759	N/A	2.069.759

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

[APROVADO EM 2007 E ADITADO EM 2013]

Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de março de 2007 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

1. Objetivos do Plano

1.1. O Plano tem por objetivo permitir que administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle e, (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores, empregados e prestadores de serviços.

2. Beneficiários Elegíveis

2.1. Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle ("Beneficiários").

3. Administração do Plano

3.1. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que delegou, nos termos do Estatuto Social e deste Plano, ao Diretor Presidente da Companhia poderes para realizar todos os atos relativos à aplicação do Plano, salvo pelas opções outorgadas a ele, que serão determinadas e aplicadas diretamente pelo Conselho de Administração.

3.2. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembléia Geral, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração da Companhia todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo:

- (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano;

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- (b) o estabelecimento das condições gerais das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente;
- (c) a outorga das opções de compra de ações em favor do Diretor Presidente da Companhia; e
- (d) a emissão de novas ações da Companhia e a fixação do preço de exercício das opções de compra de tais ações, dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

3.3. Compete ao Diretor Presidente da Companhia a administração do Plano de forma concorrente com o Conselho de Administração, podendo exercer todos os atos que não sejam proibidos por este Plano, pelo estatuto ou pela Lei, bem como a aplicação das diretrizes gerais traçadas pelo Conselho de Administração da Companhia nos termos das alíneas (a) e (b) acima para a aplicação do Plano, e neste sentido:

- (a) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários;
- (b) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, ressalvado que a outorga de opções ao Diretor Presidente será feita pelo Conselho de Administração, conforme item 3.2. (c) acima; e
- (c) a determinação do número de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas por cada um dos Beneficiários eleitos com o exercício das respectivas opções.

3.4. No exercício de sua competência, o Diretor Presidente estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, no Estatuto Social e no Plano, ficando claro que o Diretor Presidente poderá tratar de maneira diferenciada administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns, desde que respeitados os critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração, inclusive quanto às determinações do preço da opção e da quantidade global de ações objeto de outorga de opções de compra de ações.

3.5. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia e do Diretor Presidente da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

4. Outorga de Opções

4.1. Periodicamente, durante a vigência do Plano, o Conselho de Administração da Companhia determinará o número de ações que poderão ser objeto das opções a serem outorgadas aos Beneficiários, nos termos do Plano, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento. Caberá, ainda, exclusivamente ao Conselho de Administração da Companhia outorgar opções de compra de ações ao Diretor Presidente da Companhia, fixando suas características.

4.2. Após a definição do Conselho de Administração da Companhia referida no item 4.1 acima, o Diretor Presidente da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações, nos termos do Plano e da decisão do Conselho de Administração, o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções.

4.3. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento (“Contrato de Opção”).

4.4. O Conselho de Administração ou o Diretor Presidente da Companhia (conforme o caso), poderão impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção, e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

4.5. Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração, em relação ao Diretor Presidente, e o Diretor Presidente, em relação aos demais Beneficiários, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

4.6. As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

4.7. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Opção, as opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral;
- (b) após o decurso do prazo de vigência da opção;

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- (c) mediante o distrato do Contrato de Opção; ou
- (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

5. Ações Sujeitas ao Plano

5.1. As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, 5% (cinco por cento) das ações do capital da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

5.2. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

5.3. Os acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano, conforme previsto no art. 171, § 3º, da Lei nº6.404/76.

5.4. As Ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado o disposto no item 6.2.1. abaixo, bem como eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

6. Preço do Exercício das Opções

6.1. Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, o qual deverá ser baseado na média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie nos últimos 30 (trinta) pregões em que foi negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, ponderada pelo volume de negociação, corrigido monetariamente de acordo com o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração, até a data do efetivo exercício da opção. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar eventuais reduções do preço, respeitado o preço mínimo correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do preço base apurado de acordo com os critérios fixados acima.

6.1.1. O preço de exercício das opções outorgadas antes da realização da primeira distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia será baseado no valor de lançamento das ações da Companhia, quando da realização de tal distribuição pública de ações ordinárias, corrigido monetariamente de acordo com o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração, até a data do efetivo exercício da opção, e sujeito a eventuais reduções

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

determinadas pelo Conselho de Administração, contanto que o preço mínimo seja igual ou superior a pelo menos um dos seguintes critérios: (i) 85% (oitenta e cinco por cento) do preço base desta cláusula; ou (ii) valor patrimonial por ação da Companhia com base no último balanço aprovado da Companhia.

6.2. O preço de exercício será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

6.2.1. Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo nos termos do item 10.7 abaixo, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

7. Exercício das Opções

7.1. As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração, em relação ao Diretor Presidente, ou pelo Diretor Presidente, em relação aos demais Beneficiários, e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

7.1.1. A parcela da opção não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

7.2. O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

7.2.1 A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida no item 7.2. acima, o preço de exercício a ser pago e a forma de pagamento, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

7.3. O Conselho de Administração ou o Diretor Presidente poderão determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

7.4. Nenhum Beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma ação será entregue ao titular em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

8. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

8.1. Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no item 8.2. abaixo.

8.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário:

- (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, em até 3 (três) dias após a data de realização da próxima Reunião do Conselho de Administração da Companhia que vier a deliberar sobre qualquer matéria relacionada ao Plano, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;
- (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre a possibilidade dos direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, passarem a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

desligamento poderão ser exercidos em até 1 (um) ano contado da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

- (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre a possibilidade dos direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, passarem a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

9. Prazo de Vigência do Plano

9.1. O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e vigorará até que sejam exercidas opções de compra de ações no limite disposto na Cláusula 5.1. acima, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos, podendo, também, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

10. Disposições Gerais

10.1. A outorga de opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

10.1.1. Na hipótese de haver alteração do controle societário da Companhia, as opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano permanecerão inalteradas e deverão ser respeitadas pelo(s) novo(s) controlador(es).

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

10.2. Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano, devendo o Diretor Presidente realizar os devidos ajustes em cada caso particular dos Beneficiários.

10.3. Nenhuma disposição do Plano ou opção outorgada nos termos do Plano conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

10.4. Cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos do Plano, mediante declaração escrita, sem qualquer ressalva.

10.5. Os Beneficiários não poderão utilizar as respectivas opções de compra de ações da Companhia em qualquer tipo de operações financeira, seja em provento próprio ou de terceiros.

10.6. Os direitos conferidos aos Beneficiários nos termos dos Contratos de Opção não poderão ser onerados ou dados em garantia em nenhuma hipótese, salvo prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Companhia.

10.7. As ações da Companhia subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício das opções outorgadas nos termos do Plano ficarão adstritas às seguintes regras de negociação:

(i) ressalvado o disposto no item (iii) abaixo, imediatamente após o exercício da opção poderão ser livremente negociadas, respeitando-se a regulamentação em vigor que restrinja ou impeça a negociação de ações por parte dos Beneficiários, ações adquiridas em virtude do exercício que excedam ao montante resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$N = 0,25 \times Q \times (1 - Pe/Pm)$$

Onde,

N = Montante de ações que não poderão ser negociadas pelo período de 1 (um) ano a contar da data de exercício;

Q = Quantidade de ações objeto da opção efetivamente exercida;

Pe = Preço do exercício por ação, conforme definido no respectivo Contrato de Opção; e

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Pm = Preço de fechamento da cotação unitária da ação da Companhia no pregão imediatamente anterior à data do exercício da opção.

(ii) o número de ações equivalente a “N”, apurado na forma do item (i) acima não poderá ser negociado, seja em operações privadas, seja no mercado, pelo período de 1 (um) ano após o exercício da opção; e

(iii) observadas as disposições dos itens (i) e (ii) acima, o resultado da negociação das ações adquiridas em virtude do exercício será prioritariamente alocado para satisfazer o pagamento do preço de exercício. Após o pagamento integral à Companhia do preço de exercício, o Beneficiário poderá livremente dispor do resultado da negociação.

10.7.1. Em caso de desligamento do Beneficiário, por qualquer das hipóteses previstas no Plano, a totalidade das ações subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício das opções outorgadas será liberada das regras de restrição de negociação previstas no item 10.7 acima.

10.8 O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

10.9. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano.

10.10. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral. Qualquer opção concedida de acordo com o Plano fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste documento.

* * * * *

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – ARR

[APROVADO NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 02 DE SETEMBRO DE 2015]

Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de setembro de 2015, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

1. Objetivo da Outorga de Opções

1.1. O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Plano”) tem por objetivo permitir que os administradores ou empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto, sujeito a determinadas condições, recebam opções de compra de ações de emissão da Companhia, com vistas a: (i) proporcionar maior alinhamento entre os interesses dos administradores e empregados da Companhia e os interesses de seus acionistas, incentivando a criação de valor e estimulando a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Companhia; e (ii) atrair, reter e motivar os administradores e empregados da Companhia.

2. Beneficiários

2.1. Poderão ser indicados como beneficiários do Plano os administradores ou empregados da Companhia, por nomeação do Conselho de Administração (“Beneficiários”).

3. Administração do Plano

3.1. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.2. O Conselho de Administração terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano, para a administração do Plano.

3.2.1. Não obstante o disposto no *caput*, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustamentos permitidos pelo Plano: (i) aumentar o limite total de diluição, conforme o previsto no item 5 abaixo; e/ou (ii) alterar ou prejudicar direitos ou obrigações de Beneficiário, sem seu prévio consentimento, relativos às outorgas de opções para compra de ações no âmbito do Plano.

3.3. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, observado o disposto no item 3.2.1 acima; (iii) alterar condições específicas

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

das outorgas previstas nos Contratos (conforme definido abaixo), tais como regras de saída ou antecipação de prazos de carência para o exercício das opções.

4. Termos e condições das Opções

4.1. O Conselho de Administração criará, periodicamente, Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos (i) os Beneficiários; (ii) o número de ações da Companhia que terão direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção e sua eventual divisão em lotes; (iii) condições para outorga das opções, se for o caso; (iv) o preço de exercício das opções, observado o disposto no item 5 abaixo; (v) eventuais prazos de carência durante os quais a opção não poderá ser exercida; (vi) os prazos e períodos para o exercício total ou parcial da opção, bem como as datas-limite em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (vii) restrições às ações recebidas pelo exercício da opção, na forma prevista no Plano; (viii) disposições sobre penalidades; e (ix) quaisquer outras condições que não estejam em desacordo com as disposições do Plano.

4.2. O Conselho de Administração sempre respeitando o limite global previsto no item 5.1 abaixo, poderá agregar novos Beneficiários aos Programas em curso, determinado o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições da outorga em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário ("Contrato"). O Contrato deverá definir pelo menos as seguintes condições: (i) o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever em razão do exercício da opção, de acordo com o Programa, desde que cumpridos os prazos e condições ali estabelecidos; (ii) condições às quais a eficácia da outorga pode estar sujeita; (iii) o prazo e as condições para o exercício das opções, que poderá se dar em um ou mais lotes, conforme determinado no Programa; (iv) eventuais regras sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; (v) regras aplicáveis às hipóteses de saída do Beneficiário, conforme determinado no Programa; e (vi) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

4.3. Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício das opções a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

4.4. Nenhuma disposição do Plano, de qualquer Programa ou do Contrato conferirá a qualquer Beneficiário direito de permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado.

4.5. As opções outorgadas aos Beneficiários nos termos do Plano não têm qualquer relação nem estão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

4.6. Salvo disposto de forma diversa pelo Conselho de Administração, o Beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere o Plano, com respeito às opções. Observados os termos dos Programas e Contratos, o Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da subscrição ou aquisição das ações decorrentes do exercício das opções.

5. Ações incluídas no Plano

5.1. Poderão ser outorgadas opções para aquisição de ações, no âmbito do Plano, representativas de, no máximo, 2,666667% do capital social da Companhia nesta data ("Volume Global"). O Volume Global poderá ser ajustado nos termos do item 14 do Plano.

5.2. Para os fins do Plano, uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão emitidas através de aumento de capital da Companhia. A Companhia também poderá, a seu critério, entregar ações existentes em tesouraria, observadas as regras da CVM.

5.3. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não terão preferência quando da outorga das opções, bem como quando do exercício da opção de compra de ações ou aquisição de ações originárias do Plano.

5.4. As ações entregues aos Beneficiários em razão do Plano terão todos os direitos pertinentes à sua espécie e classe, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

6. Exercício da Opção

6.1. As opções serão exercidas total ou parcialmente pelos Beneficiários de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Programa e Contrato, desde que cumpridas às condições estabelecidas no Plano, no Programa e no Contrato. Após os períodos fixados para o exercício das opções, sem que as mesmas sejam exercidas, o Beneficiário perderá sua opção sem qualquer direito a indenização pela Companhia.

6.1.1. Caberá à administração da Companhia, tomar todas as providências necessárias para formalizar a transferência das ações adquiridas ou subscritas mediante o exercício das opções e pagamento do Preço de Exercício.

6.1.2. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato dentro dos prazos e nas condições neles estipuladas, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano.

6.2. Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

7. Preço de Exercício

7.1. O preço de emissão ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções (sendo “subscrição” e “compra” referidas, em conjunto, como “aquisição” para os efeitos do Plano), das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários do Plano em decorrência do exercício das opções (“Preço de Exercício”) será determinado pelo Conselho de Administração ao tempo do lançamento do Programa aplicável, e será equivalente ao valor médio da cotação diária das referidas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, nos últimos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção.

7.1.1. O Preço de Exercício poderá, em qualquer caso, ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração e acrescido de juros, a uma taxa também determinada a critério do Conselho de Administração.

7.2. O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários na forma determinada pelo Conselho de Administração, conforme o caso, para cada Programa, respeitada a realização mínima prevista por lei para a subscrição de ações.

7.3. O Conselho de Administração poderá determinar que o Beneficiário destine uma parcela da gratificação anual paga pela Companhia ao Beneficiários, a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”) para aquisição das ações decorrentes do exercício das opções outorgadas.

8. Restrições à Transferência de Ações

8.1. O Conselho de Administração poderá estabelecer aos Beneficiários, em cada Programa, um período mínimo de indisponibilidade para a locação, venda, transferência ou, de qualquer forma, alienação das ações da Companhia adquiridas em virtude do exercício de opções no âmbito do Plano, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios do Beneficiário, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano (em conjunto, “Ações”), o qual nunca será superior a 5 (cinco) anos, a contar da data de aquisição.

8.1.1. Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, a alienação das ações, de qualquer forma, enquanto não decorrido o período referido no item 8.1 acima, acarretará para o Beneficiário a perda, sem direito a indenização, do direito de exercer todas as opções a que teria direito no âmbito do mesmo Programa e Contrato.

8.2. O Beneficiário se obriga, ainda, a não onerar as ações, se sujeitas a período de indisponibilidade, e a não instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

9. Renúncia ou Desligamento Voluntário

9.1. Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de renúncia ou desligamento voluntário do Beneficiário, este perderá, sem indenização, as opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido.

10. Término do Mandato ou Demissão Sem Justa Causa

10.1. Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de término do mandato de administrador sem reeleição ou demissão sem justa causa por iniciativa da Companhia, o Beneficiário perderá, sem indenização, as opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido e terá direito ao exercício das opções cujo prazo de carência já tenha decorrido, nos termos do respectivo Programa ou Contrato.

11. Destituição por Violação dos Deveres ou Demissão por Justa Causa

11.1. A destituição do mandato por violação dos deveres e atribuições de administrador ou de demissão do Beneficiário por razão que configuraria justa causa, nos moldes da legislação civil ou trabalhista, conforme o caso, acarretará perda, sem indenização, do direito ao exercício das opções ainda não exercidas, independentemente de ter decorrido o prazo de carência.

12. Desligamento por Aposentadoria

12.1. Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de aposentadoria por tempo de serviço, o Beneficiário terá direito ao exercício das opções de acordo com os períodos de carência previstos no respectivo Programa e Contrato:

13. Falecimento e Invalidez Permanente

13.1. Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia enquanto administrador ou empregado, o direito a e decorrente de todas as opções será assegurado ao Beneficiário ou aos seus herdeiros e sucessores, conforme o caso. As opções poderão ter seus prazos de carência antecipados, tornando-se eficaz a outorga para exercício imediato. Em caso de falecimento, os herdeiros e sucessores poderão exercer as opções pelo maior prazo entre 1 (um) ano a contar da data do óbito e 90 (noventa) dias a contar da data do término do inventário.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.2. Nos casos previstos no item 13.1 acima, estarão livres e desembaraçadas para transferência, venda ou alienação, a qualquer momento, as Ações que vierem a ser adquiridas pelo Beneficiário, por seus herdeiros ou sucessores.

14. Ajustamentos

14.1. Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorgas de opções não exercidas no âmbito dos Programas e Contratos.

14.2. Os ajustamentos segundo as condições do item 14.1 acima serão feitos pelo Conselho de Administração e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustamentos.

14.3. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos dos Programas em vigência, o Conselho de Administração deliberará acerca do tratamento a ser dado às opções, respeitados os direitos adquiridos dos Beneficiários em razão dos Programas e Contratos já celebrados.

15. Vigência do Plano

15.1. O Plano entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

16. Disposições gerais

16.1. Adesão. A assinatura do Contrato implicará a expressa, irrevogável e irretratável aceitação de todos os termos do Plano e os Programas pelo Beneficiário, os quais se obriga plena e integralmente a cumprir.

16.2. Execução Específica. As obrigações contidas no Plano, nos Programas e nos Contratos são assumidas em caráter irrevogável, valendo como título executivo extrajudicial nos termos da legislação processual civil, obrigando as partes contratuais e seus sucessores a qualquer título e a todo tempo. Estabelecem as partes que tais obrigações têm execução específica, na forma dos artigos 466-A e 466-C e seguintes do Código de Processo Civil.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

16.3. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano, dos Programas e dos Contratos são pessoais e intransferíveis e não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, salvo se expressamente previsto no Plano.

16.4. Novação. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano, pelos Programas ou Contratos, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, que não impedirão que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

16.5. Foro. Fica eleito o foro da comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias que possam surgir com relação ao Plano, aos Programas e/ou aos Contratos.

Casos Omissos. Os casos omissos, dúvidas ou divergência que possam surgir por parte da Companhia e/ou dos Beneficiários com relação ao Plano, Programas e/ou Contratos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral.

* * * * *

Este plano, os Programas de Opção e o exercício das Opções constituem negócios onerosos de natureza exclusivamente civil e mercantil e não criam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e o Beneficiário.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Para fins deste item, os membros do Conselho de Administração que também fazem parte da Diretoria Estatutária foram considerados em 'Diretoria Estatutária'.

Remuneração baseada em ações prevista para exercício social corrente (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Outorga de opções de compras de ações		
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Data de outorga	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	-	-
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	-	-
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	-	-
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

Remuneração baseada em ações - prevista mas não realizada - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	3
Outorga de opções de compras de ações		
Quantidade de opções outorgadas	-	1.900.000
Data de outorga	07/12/2017	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	a partir de 08/12/2017	
Prazo máximo para exercício das opções	07/12/2025	
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses da data de sua aquisição	
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	2,00	
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	NA	
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	NA	
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	NA	
Valor justo das opções na data da outorga	NA	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,36%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	1	3
Outorga de opções de compras de ações		
Quantidade de opções outorgadas	2.410.000	3.135.649
Data de outorga	15/08/2016	
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	a partir de 16/08/2016	
Prazo máximo para exercício das opções	31/01/2024	
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses da data de sua aquisição	
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	1,60	
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	NA	
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	NA	
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	NA	
Valor justo das opções na data da outorga	NA	
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,46%	0,60%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	-	-
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	-	-
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	-	-
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Para fins deste item, os membros do Conselho de Administração que também fazem parte da Diretoria Estatutária foram considerados em 'Diretoria Estatutária'.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017

Nº de membros	Diretoria Estatutária		
	Plano Antigo ¹		ARR ²
Opções ainda não exercíveis	Plano 11	Plano 12	
Quantidade		520.000	2.351.737
<i>Data em que se tornarão exercíveis(a partir de)</i>		12/05/2018	31/01/2018
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>		12/05/2020	31/01/2024
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>		6 meses	6 meses
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>		4,81	1,67
<i>Valor justo das opções no último dia do exercício social</i>		1,75	1,75
Opções exercíveis			
Quantidade	1.000.000	1.560.000	783.912
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>	13/08/2019	12/05/2020	31/01/2024
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>	(*)	(*)	(*)
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	7,52	4,81	1,67
<i>Valor justo das opções no último dia do exercício social</i>	1,75	1,75	1,75
<i>Valor justo do total das opções no último dia do exercício</i>	1.750.000	2.730.000	1.371.846

Nº de membros	Conselho de Administração		
	Plano Antigo ¹		ARR ²
Opções ainda não exercíveis	Plano 11	Plano 12	
Quantidade			1.807.500
<i>Data em que se tornarão exercíveis(a partir de)</i>			31/01/2018
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>			31/01/2024
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>			6 meses
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>			1,67
<i>Valor justo das opções no último dia do exercício social</i>			1,75
Opções exercíveis			
Quantidade			602.500
<i>Prazo máximo para exercício das opções</i>			31/01/2024
<i>Prazo de restrição à transferência das ações</i>			(*)
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>			1,67
<i>Valor justo das opções no último dia do exercício social</i>			1,75
<i>Valor justo do total das opções no último dia do exercício</i>			1.054.375

(*) Vide item 10.7 do "Plano de Opção de Compra de Ações" em anexo ao final deste documento no item 13.16

¹ Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de março de 2007 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013.

² Plano de Opção de Compra de Ações – ARR+ARB, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de setembro de 2015.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Para fins deste item, os membros do Conselho de Administração que também fazem parte da Diretoria Estatutária foram considerados em 'Diretoria Estatutária'.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Opções exercidas	-	-
<i>Número de ações</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (*)</i>	-	-
Ações entregues	-	-
<i>Número de ações entregues</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas</i>	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Opções exercidas	-	-
<i>Número de ações</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (*)</i>	-	-
Ações entregues	-	-
<i>Número de ações entregues</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas</i>	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	-
Opções exercidas	-	-
<i>Número de ações</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (*)</i>	-	-
Ações entregues	-	-
<i>Número de ações entregues</i>	-	-
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	-	-
<i>Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas</i>	-	-

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Diretoria e Conselho de Administração				
	Plano 10¹	Plano 11¹	Plano 12¹	ARR²
(a) Modelo de precificação	Black&Scholes			
(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação				
Preço das Ações ao final de 2016	1,41			
Preço das Ações na Outorga	5,47	5,70	3,86	1,60
Preço de Exercício Corrigido em 31/12/2016	7,76	7,52	4,81	1,67
Volatilidade (até 31/12/2016)	85,90%			
Volatilidade na data de outorga	41,79%	31,95%	24,70%	4,55%
Prazo de vida da opção atual (média anos)	0,3	1,6	2,4	4,4
Prazo de vida da opção na outorga (média anos)	6,0			
Taxa de Juros livre de risco atual	11,44%			
Taxa de Juros livre de risco na data da outorga	4,68%	4,96%	5,90%	5,15%
(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Forma de determinação da volatilidade esperada	Desvio Padrão da Variação Diária			
(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A	N/A

¹ Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de março de 2007 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013.

² Plano de Opção de Compra de Ações - ARR, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de setembro de 2015.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Para fins de item, os membros do Conselho de Administração que também fazem parte da Diretoria Estatutária foram considerados em 'Diretoria Estatutária'.

Em 31/12/2017

Grupo	Número de Ações	Percentual (%)
Controle	393.114.479	74,78%
Conselho de Administração	3	0,00%
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	2.245.444	0,43%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	3,75	3,42	3,83	7,00	6,67	6,33	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,75	3,42	3,83	7,00	6,67	6,33	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.489.702,04	1.730.264,77	2.486.678,46	1.044.280,33	1.251.456,13	1.170.974,19	132.000,00	132.000,00	120.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	977.390,05	560.842,80	615.986,55	40.000,00	10.000,00	10.000,00	132.000,00	132.000,00	120.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.423.564,22	1.568.346,98	1.821.511,72	183.468,62	222.218,42	218.048,56	132.000,00	132.000,00	120.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Membros	2015	2016	2017
Diretores	-	-	
Conselho Administração	84,79%	84,47%	81,31%
Conselho Fiscal	-	-	

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há.